



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| |
|--------------|
| CPL/PMBV |
| Fls. _____ |
| Proc. 022538 |
| _____ |
| Rubrica |

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 036/2022 – REGISTRO DE PREÇO
PROCESSO Nº. 022538/2021 - SMEC

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MOCHILAS ESCOLARES, ESTOJOS ESCOLARES, TÊNIS E MEIAS PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BOA VISTA-RR.

IMPORTANTE:

Início do acolhimento das propostas e dos documentos de habilitação:

14/02/2022 às 09:00 horas

Limite do Acolhimento das propostas e dos documentos de habilitação:

24/02/2022 às 09:30 horas

Data do Pregão e horário da Disputa de Preços:

24/02/2022 às 10:00 horas

• **Formalização dos Pedidos de Esclarecimentos:**

Até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, informando o nº da licitação.

E-mail: pregao.pmbv@gmail.com

• **Referência de Tempo:**

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

• **Informações sobre Impugnação:**

(95) 3621-1770



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, doravante denominado simplesmente **MUNICÍPIO**, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, torna pública a abertura do **Processo nº 022538/2021-SMEC**, na modalidade **Pregão Eletrônico nº 036/2022 - REGISTRO DE PREÇO**, tipo menor preço, por LOTE, a ser realizado as **10:00 horas** (Horário de Brasília), no dia **24/02/2022**, regido pela Lei Federal n.º 10.520, de 17/7/2002, Decreto n.º 10.024 de 20/09/2019, Decreto Municipal nº 009/E, de 25/01/2006, Decreto nº. 113/E de 19/11/2014 e Lei Federal nº 8.666/93 de 21/6/93, e demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

ESTA LICITAÇÃO NÃO SERÁ REALIZADA COM RESERVA DE COTA DE ATÉ 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO OBJETO, PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, CONFORME JUSTIFICATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SMEC, QUE SE ENCONTRA NO TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I DESTA EDITAL.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

1.2 - Os trabalhos serão conduzidos pelo (a) Pregoeiro (a) do **MUNICÍPIO, Néria Gardênia Pontes Benicio**, com o apoio da Equipe, ambos designados pelo Decreto n.º 124 – E/2021, publicado no DOM nº 5488, de 21/10/2021, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A (provedor do sistema eletrônico).

2 - OBJETO

2.1- Eventual Contratação de empresa para aquisição de mochilas escolares, estojos escolares, tênis e meias para atender os alunos da Rede Municipal de Ensino de Boa Vista-RR, conforme especificações descritas no Anexo I, deste Edital.

3 – ÁREA SOLICITANTE

3.1 -Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC

4 – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1 – Cópia deste instrumento convocatório estará disponível na internet, no sítio www.licitacoes-e.com.br, no portal <http://transparencia.boavista.rr.gov.br/licitacoes> ou quando solicitado através do e-mail pregao.pmbv@gmail.com.

4.1.1 – As empresas e/ou representantes que adquirirem o instrumento convocatório via internet e tiverem interesse em participar do certame, se obrigam a acompanhar as publicações e o andamento referente ao processo no sítio www.licitacoes-e.com.br, e as publicações no Diário Oficial do



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Município de Boa Vista (DOM) e no Jornal Folha de Boa Vista (<https://www.folhabv.com.br>), quando for o caso, com vista a possíveis alterações e avisos.

4.2 – Os pedidos de esclarecimentos referentes ao presente edital deverão ser enviadas ao(a) Pregoeiro(a), até 3(três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, por meio do endereço eletrônico pregao.pmbv@gmail.com.

4.3 – O (a) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02(dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

4.4 – Em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer CIDADÃO ou LICITANTE poderá impugnar o instrumento convocatório do Pregão, devendo ser enviada(s) através do e-mail pregao.pmbv@gmail.com, no horário das 8:00h as 18:00h. Os e-mails remetidos em horários diferentes do mencionado serão recepcionados com a data do próximo dia útil. A inobservância do prazo legal citado decairá o direito de impugnar os termos do edital.

4.5 – Caberá ao(à) Pregoeiro(a) e à equipe de apoio decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data do seu recebimento.

4.6 – Quando o pedido de impugnação ou de esclarecimento tratar-se especificamente de temas alheios a competência do(a) Pregoeiro(a), ou seja, temas quanto as especificações técnicas ou vinculados ao termo de referência, este poderá encaminhar o referido pedido ao órgão de origem para que o mesmo se pronuncie acerca do questionamento, cabendo ao órgão respondê-lo no prazo preestabelecido. Caso não o faça, o certame será suspenso *Sine-Die*, até que os questionamentos sejam sanados.

4.7 – Acolhido o pedido de impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

4.8 – O Município não se responsabilizará pelas impugnações e pedidos de esclarecimentos que forem apresentados em endereços diversos dos indicados no subitem 4.2 deste edital, e que por esta razão não foram apresentados dentro do prazo legal.

5 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderão participar desta licitação, pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, Microempresas e empresas de pequeno porte do ramo pertinente ao objeto licitado, que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações e que estejam previamente credenciados no aplicativo “Licitações”, conforme o Título 7.

5.2 – Não poderá participar da presente licitação empresa:

5.2.1 – suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração, nos termos do artigo 87, III e IV da lei 8.666/93;

5.2.1.1 – impedida de licitar e contratar com o Município de Boa Vista-RR, nos termos do artigo 7º, caput, da Lei nº 10.520/2002;

5.2.2 – entidades empresariais que estejam reunidas em consórcios, conforme justificativa acostada no Termo de Referência, ANEXO I do presente Edital;

5.2.3 – com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial, exceto as empresas que estejam em recuperação judicial e desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a respectiva está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

5.2.4 – impedidas nos Termos do art. 9º da lei 8.666/93.

5.2.5 – que se declarar ME/EPP e estiver inclusa em alguma das hipóteses previstas no art. 3º, §4º da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações;

5.3 – A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

5.4 - Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo à seguinte declaração:

5.4.1 - que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

5.4.1.1 - nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

5.4.1.2 - nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

5.5 - A falsidade das declarações sujeitará o licitante à sanções previstas no artigo 49, caput, do Decreto nº 10.024/19.

6 – DOS PROCEDIMENTOS DO PREGÃO

6.1 – Após a divulgação do edital nos meios eletrônicos, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos neste edital, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecido para a abertura da sessão pública.

6.1.1 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no SICAF, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes no referido sistema.

6.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3 - No que concerne a participação de microempresas e as empresas de pequeno porte, nos termos da legislação civil, as referidas deverão acrescentar à sua firma ou denominação as expressões “Microempresa” ou “Empresa de pequeno porte”, ou suas respectivas abreviações “ME” ou “EPP”, conforme o caso, sendo facultativa a inclusão no objeto da sociedade (art. 72, da Lei Complementar nº. 123/06).

6.3.1 – As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a DOCUMENTAÇÃO exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, em atendimento ao disposto no art. 43, da Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações.

6.3.2 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo **de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da DOCUMENTAÇÃO, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.3.3 – A não-regularização da DOCUMENTAÇÃO, no prazo previsto no sub anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.4- Somente as Licitantes que apresentaram a proposta de preços e os documentos de habilitação em consonância com o Título 8, poderão apresentar lances, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico.

6.5 - As Licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital.

6.6 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 6.6.1 – Somente as propostas classificadas pelo (a) Pregoeiro(a) participarão da etapa de lances.
- 6.6.2 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.7 – Será adotado para o envio de lances o modo de disputa ABERTO.
- 6.7.1 – A etapa de envio de lances durará 10(dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.7.1.1 – A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de 2(dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 6.7.1.2 – Não havendo novos lances, conforme supracitado, a sessão será encerrada automaticamente.
- 6.7.1.3 – Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o (a) Pregoeiro(a) poderá admitir o reinício da etapa de lances, em prol da consecução do melhor preço, conforme disposto no parágrafo único do artigo 7º, do Decreto 10.024/2019, mediante justificativa.
- 6.8 – O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de **1,00 (um real)**.
- 6.9 – Assim como as propostas de preços, os lances serão ofertados pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.
- 6.10 - A LICITANTE SOMENTE PODERÁ OFERECER LANCES INFERIORES, AO ÚLTIMO POR ELE OFERTADO E REGISTRADO NO SISTEMA.
- 6.11 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.12 - No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, e o Sistema Eletrônico permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 6.12.1 – Quando a desconexão do sistema para o (a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10(dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24(vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.13 – Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14 - Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no §2º do artigo 3º da Lei 8666/93, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.
- 6.14.1 – Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema dentre as propostas empatadas.
- 6.15 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 6.16 – Encerrada a etapa de envio de lances, o (a) Pregoeiro(a) encaminhará no sistema a contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.
- 6.17 A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.18 - A licitante melhor classificada terá prazo de 2(duas) horas, contado da solicitação do (a) pregoeiro(a) no sistema, para o envio, exclusivamente por meio de funcionalidade disponível no sistema atinente à realização da referida licitação, da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 6.19 – Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 6.19.1 – O (a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.
- 6.20 - O preço total que seja superior ao estimado para a contratação, constante do Termo de Referência no Anexo I, não será aceito e adjudicado.
- 6.21 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.
- 6.22 – O (a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante melhor classificado para enviar documentos complementares à proposta e à habilitação, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2(duas) horas a contar da solicitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sob pena de não aceitação da proposta e da inabilitação.
- 6.23 - Se a proposta de preços não for aceitável ou se o Licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame.
- 6.24 - A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

7 – CREDENCIAMENTO

- 7.1 – Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S/A, provedor do sistema eletrônico, sediadas no país, caso ainda não estejam credenciados.
- 7.2 – As licitantes deverão credenciar os representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no aplicativo “Licitações”.
- 7.3 – O sócio, proprietário ou dirigente da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de sua investidura.
- 7.4 – A chave de identificação e a senha terão validade por 1 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco do Brasil S/A, provedor do sistema eletrônico, devidamente justificado.
- 7.5 – É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município e ao Banco do Brasil S/A, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 7.6 – A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.
- 7.7 – O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 7.8 – O Município não possui autonomia para intervir no credenciamento dos fornecedores para obtenção da chave e senha de acesso, haja vista ser esse procedimento de exclusiva responsabilidade do Banco do Brasil S/A, provedor do sistema eletrônico.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

8 – PROPOSTA DE PREÇOS

8.1- A proposta de preços e os lances formulados, contemplando o preço global ofertado para cada LOTE, bem como os documentos de habilitação deverão ser encaminhados por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão.

8.2 – Deverá ser inserido, no campo próprio do sistema eletrônico, o preço global da proposta para cada LOTE;

8.3 – A proposta e os lances deverão referir-se à integralidade do LOTE.

8.4 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a data e horário definidos no edital para abertura da sessão pública.

8.5 – O (a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital.

8.5.1 – A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

8.6 – O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a).

8.6.1 – Somente as propostas classificadas pelo (a) Pregoeiro(a) participarão da etapa de lances.

8.7 - A licitante melhor classificada terá prazo de 2(duas) horas, contado da solicitação do (a) pregoeiro(a) no sistema, para o envio, exclusivamente por meio de funcionalidade disponível no sistema atinente à realização da referida licitação, da proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.7.1 – A planilha de composição de preços deverá ser encaminhada nos termos do item 8.7, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor negociado, observadas as exigências contidas no Termo de Referência (ANEXO I – Edital) e os critérios de executabilidade nos termos da Lei.

8.8 – Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.8.1 - O (a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.9- A proposta de preços deverá obedecer às seguintes condições:

a) Os valores deverão ser expressos em moeda corrente do país, com 2 (duas) casas decimais.

b) Deverá ser apresentada conforme Anexo VI – Modelo de Planilha/Proposta de Preço em uma via ou em modelo próprio, com identificação da empresa proponente, dados bancários, n.º do CNPJ, endereço e assinada pelo seu representante legal ou credenciado.

c) Ser apresentada com a mesma marca da proposta eletrônica anexada com a documentação de habilitação da licitante, sob pena de desclassificação.

d) A proposta de preço deverá ter validade de 60 (sessenta) dias. A proposta que não apresentar o prazo de validade, será válida por 60 (sessenta) dias.

8.10 – O envio da Proposta de Preço pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no Edital; o proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

8.11 – O preço deverá ser cotado considerando-se a entrega do objeto licitado, incluídos os valores de quaisquer gastos ou despesas com transporte, tributos, fretes, ônus previdenciários e trabalhistas, seguros e outros encargos ou acessórios.

8.12 – Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo proponente, no ato do envio de sua proposta de preço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

9 – CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1 – O critério de julgamento será o de menor preço por LOTE, desde que observadas as especificações e outras condições estabelecidas neste instrumento convocatório e na legislação pertinente.

9.2 – Será desclassificada a proposta que:

- a) não se refira à integralidade do Lote;
- b) apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, conforme disposto nos termos do § 3º do art. 44 da Lei Federal nº 8.666/93. Caso a proposta vencedora possua itens com preços inferiores a 50% do estimado no Termo de Referência, a empresa deverá apresentar documento que comprove a viabilidade do preço ofertado, conforme disposto no art. 48, inciso II, da Lei nº 8666/93.
- c) não cumpra prazos e demais exigências estabelecidas em diligências ou no edital.
- d) não indique a marca do produto ofertado na proposta que vem anexada com a documentação de habilitação da licitante ou acrescente expressões como “referência”, “similar” ou “conforme nossa disponibilidade de estoque”. assim como, as propostas que inclua alternativas de mais de uma marca em um único item ou em todos os itens do lote. Com exceção das licitações de prestações de serviços;
- e) do arrematante que esteja superior ao valor estimado de cada lote;

9.3 – Para efeito de julgamento, serão desconsiderados os valores a partir da terceira casa decimal, caso apresentado.

9.4 – Quando houver necessidade, o (a) Pregoeiro (a) encaminhará a proposta adequada ao último lance ofertado na etapa de negociação pela arrematante e a planilha de composição de preços, solicitadas nos subitens 8.7 e 8.7.1 deste edital, **à Secretaria Municipal demandante, para análise e parecer quanto a disposição dos preços e custos apresentados**, considerando o atendimento das especificações do objeto, que determinará a aceitabilidade ou a recusa das mesmas, devidamente fundamentada.

9.4.1 – Após manifestação da Secretaria demandante quanto ao disposto no item 9.4, o Pregoeiro prosseguirá para a fase de análise dos documentos de habilitação da empresa ora arrematante. Caso o parecer seja desfavorável o Pregoeiro desclassificará a arrematante e convocará a licitante melhor classificada na disputa dos lances.

9.4.2 – Havendo a convocação da licitante remanescente na fase de preços, o pregoeiro procederá às mesmas condições previstas no item 9.4.

9.5 – O(a) Pregoeiro(a) no julgamento das propostas, poderá desconsiderar evidentes falhas formais que não afetem o seu conteúdo.

10 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1 – Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados por meio do sistema eletrônico, junto a proposta de preços, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, sob pena de INABILITAÇÃO.

10.2 – Para habilitação dos licitantes, serão exigidas as seguintes documentações:

10.2.1 – Habilitação Jurídica:

- a) Cédula de Identidade do(s) sócio(s) da empresa;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor com todas as alterações, ou contrato social consolidado devidamente registrado no órgão competente. Neste último caso quaisquer alterações após a consolidação deverá ser apresentada;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

10.2.2 – Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) Prova de regularidade do Licitante com a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal, do domicílio ou sede do licitante;

b) Certidão conjunta de regularidade da fazenda e dívida ativa da União, nos termos da Portaria MF nº 358, de 05 de setembro de 2014;

c) Prova de regularidade com o FGTS (conforme Lei 8.036/90);

d) Certidão Negativa de débitos Trabalhista – CNDT, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011;

10.2.3 – Qualificação Técnica:

a) Deverão ser observadas as exigências contidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital;

10.2.4 – Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, ou Certidão de Recuperação Judicial afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, conforme disposto no **Acórdão 1201/2020-TCU**, expedidas pelo Distribuidor da sede do Licitante dentro do seu prazo de validade. As certidões que não constarem o prazo de validade expressamente, serão consideradas válidas quando o prazo não for superior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua emissão, salvo as exigências constantes no **item 10.6, alínea “c”**.

b) Cópia, retirada do Livro Diário, do Balanço Patrimonial constando o Termo de Abertura e Encerramento e demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente assinadas pelo contador;

b.1) A expressão na forma da lei será igualmente suprida quando o balanço patrimonial e a demonstração de resultado forem apresentados através de publicação em Diário Oficial ou em Jornal de grande circulação.

b.2) As empresas com **menos de 01 (um) ano de exercício social de existência** devem apresentarem o Balanço de Abertura ou o último Balanço Patrimonial levantado.

b.3) A comprovação de boa situação financeira da licitante será avaliada com base nos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) definidos na IN 02/2010 SLTI/MPOG, em consonância com o disposto no art. 31, § 1º e § 5º da Lei nº 8666/93, conforme aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c) Serão inabilitados os proponentes que apresentarem resultado menor do que 01 (um), em qualquer um dos índices obtidos na avaliação da situação financeira, de acordo com o disposto no item 10.2.4, alínea “b” e seus subitens;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10.2.5- Outros documentos: Deverão ser remetidas todas as declarações constantes no Anexo V deste Edital.

10.2.6 - Declaração de disponibilidade de alvará de funcionamento válido, a fim de que seja resguardada a efetiva execução do objeto licitado. *OBS.: A declaração poderá ser substituída pela apresentação da cópia (devidamente autenticada nos termos do item 10.5) do alvará de funcionamento da sede da licitante.*

10.2.7 - Formulário fornecido pelo órgão licitante contendo todas as informações solicitadas, devidamente preenchidas e assinadas pelo representante legal, conforme modelo constante no **ANEXO IV** deste Edital. Cabe ressaltar que a apresentação do referido formulário não é de cunho obrigatório, porém é de responsabilidade da licitante a prestação das informações no momento da apresentação da proposta de preços, Item 8 do Edital.

10.3 – ALÉM DESTA DOCUMENTAÇÃO, O LICITANTE DEVERÁ ATENDER TODAS AS EXIGÊNCIAS CONFORME DESCRITO NO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA), DESTE EDITAL, INCLUSIVE A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

10.4 – Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser enviadas nos termos do disposto no item 6.1.

10.4.1 - É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

10.4.2 - O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo(a) Pregoeiro (a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

10.5 – ***Todos os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original ou em fotocópias (nos termos do Art. 3º, II da Lei 13.726/2018), bem como os licitantes poderão solicitar à CPL nos dias que antecedem a abertura da sessão a certificação “Confere com original” das documentações apresentadas, reservando-se o direito de, a qualquer momento, exigir os originais para comparação e comprovação de sua autenticidade.***

10.6 – Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, observando-se ainda o seguinte:

a) se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da matriz, ou;

b) se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar com o número do CNPJ da filial, exceto quanto à Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, por constar no corpo das certidões supra, serem válidas para matriz e filiais, assim como quanto ao Certificado de Regularidade do FGTS, quando o licitante tenha o recolhimento dos encargos centralizado, devendo, desta forma, apresentar o documento comprobatório de autorização para a centralização, ou;

c) se o licitante for à matriz e o executor do objeto for à filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente. A mesma situação fica configurada quando o licitante for à filial e o executor do objeto for a matriz, observando-se o disposto na alínea “a” deste item, quanto à centralização de recolhimentos dos encargos;

d) serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.7 – A documentação exigida neste Edital, para Habilitação e Proposta de Preços, não poderá conter rasuras, ressalvas, emendas, borrões e entrelinhas.

10.8 – Documentos que possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor deverão estar válidos até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. Já aqueles que não possuírem prazo de validade expressamente serão considerados válidos quando datados nos últimos 180 (cento e oitenta) dias até a data de sua apresentação, exceto:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

a) Atestado de Capacidade Técnica que obedece o disposto no § 5º art. 30 da Lei Federal nº 8666/93;

b) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, cujo o prazo de validade será conforme o descrito no item 10.2.4, alínea “a” deste Título.

10.9 – O não envio de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título INABILITARÁ o proponente.

10.10 – Quando houver necessidade, o (a) Pregoeiro (a) encaminhará os documentos de habilitação referentes à qualificação técnica à **Secretaria demandante**, para análise e parecer das exigências técnicas dispostas no item 10.2.3 do presente edital e no Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

10.10.1 - Após a manifestação da Secretaria, o (a) Pregoeiro (a) fará a conferência das demais documentações e procederá com o julgamento da fase habilitatória.

10.11 - Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor.

11 – RECURSOS

11.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 - Havendo quem se manifeste, caberá o(a) Pregoeiro(a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.3 - Nesse momento o(a) Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.4 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.5 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.6 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 – Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor. Caso não ocorra a interposição de recursos caberá o(a) Pregoeiro(a) adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

12.2 – Após adjudicação, os autos serão encaminhados à Controladoria Geral do Município – CGM para análise dos procedimentos licitatórios. Aprovada a regularidade/legalidade os autos serão encaminhados para homologação da autoridade competente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

13 – FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

13.1 – Quanto a fiscalização e o recebimento do objeto da licitação, serão observadas as regras estabelecidas no Termo de Referência, anexo I, do presente edital.

13.2 - Em casos de convênio, a Contratada deverá permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE, e dos Órgãos de Controle Internos e Externos, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este convênio, bem como aos locais de execução do objeto do presente Contrato.

14 - PAGAMENTO

14.1 - Os recursos financeiros correrão sob as rubricas:

Programa de Trabalho nº.:

Natureza de Despesa:

Fonte de Recursos: Próprio

Valor Estimado: **R\$ 11.276.548,74 (onze milhões, duzentos e setenta e seis mil, quinhentos e quarenta e oito reais e setenta e quatro centavos).**

14.2 – Os pagamentos decorrentes da concretização do objeto desta licitação serão efetuados conforme descrito no Termo de Referência, Anexo I, deste Edital.

14.3 – Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

14.5 - Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

15 – DA PRESTAÇÃO DA GARANTIA

15.1 – Fica dispensada para o(s) licitante(s) vencedor (es) prestação da garantia para a execução do objeto da presente licitação, conforme disposto no art. 56, § 2º da Lei nº 8.666/93, salvo se exigido pela autoridade competente no Termo de Referência, Anexo I, do Edital.

16 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Quanto as sanções administrativas, serão observadas as regras estabelecidas no artigo 49, incisos e parágrafos, do Decreto nº 10.024/2019, bem como as demais constantes no Termo de Referência, anexo I, do presente edital.

17 – DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 – Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

17.1.1 - Anexo I – Termo de Referência;

17.1.2 - Anexo II– Minuta de Ata de Registro de Preços

17.1.3 - Anexo III– Minuta Contratual

17.1.4 - Anexo IV – Informações para Formalização do Contrato;

17.1.5 - Anexo V – Modelos de Declarações

17.1.6- Anexo VI – Modelo de Planilha / Proposta de Preço



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

17.2 – O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do proponente, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

17.3 – Toda a documentação apresentada neste instrumento convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

17.4 – A Pregoeira, no interesse da administração, poderá adotar medidas saneadoras durante o certame e, em especial, na sessão do pregão, relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto aos licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal 8.666/93.

17.4.1 – Se houver solicitação de documentos em diligências, estes poderão ser apresentados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Boa Vista, localizado à Rua General Penha Brasil, nº. 1011, Bairro São Francisco, Palácio 9 de julho, CEP 69.305- 130.

17.4.2 – O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

17.4.3 – Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a respectiva somente será reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com, no mínimo, 24(vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17.5 – A participação do licitante nesta licitação implica o conhecimento integral dos termos e condições inseridos neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

17.6 – A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado na CPL para conhecimento dos participantes da licitação.

17.7 – Para atender a seus interesses, o Município reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração dos preços unitários ofertados, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

17.8 – Qualquer modificação no presente edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.9 – Em casos de equívocos de digitação no texto do presente edital ou em seus anexos, será publicado um adendo retificador e/ou esclarecedor, contendo as devidas correções para melhor compreensão dos licitantes, evitando possíveis desentendimentos.

17.10 – Fica o licitante ciente que a simples apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste edital, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do ajuste.

17.11 – Fica eleito o foro da Comarca de Boa Vista, Estado de Roraima, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Boa Vista – RR, 11 de Fevereiro de 2022.

Néria Gardênia Pontes Benicio
Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Este Termo de Referência Inicial engloba o conjunto de elementos necessários e suficientes para a caracterização do objeto. O processo deverá obedecer à modalidade Pregão Eletrônico, sob o regime de Registro de Preços, do tipo Menor Preço, conforme disposições contidas neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. Este Termo de Referência foi elaborado conforme a Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 e Decreto Municipal nº 113/E, de 19 de novembro de 2014.

3. DO OBJETO

3.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a Eventual Contratação de empresa para aquisição de mochilas escolares, estojos escolares, tênis e meias para atender os alunos da Rede Municipal de Ensino de Boa Vista-RR, conforme descrições expostas no **Anexo I**.

3.2. O objeto se enquadra na classificação de bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

4. DAS JUSTIFICATIVAS

4.1. DA JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO

O material (MOCHILAS ESCOLAR, ESTOJOS ESCOLARES, TÊNIS E MEIAS) são elementos de promoção de inclusão e igualdade social, colocando o corpo discente em nível igualitário, acabando com as desigualdades causadas pelas diferenças sociais. Cita-se que a mochila escolar e o estojo escolar, partes integrantes dos itens de kit escolar é de suma importância para o atendimento aos alunos, visando o transporte dos livros escolares utilizados pelo corpo discente, transformando o ambiente escolar estável e garantido segurança dentro e fora do ambiente escolar. A estimativa dos cálculos está baseada na matrícula efetiva do ano de 2021.

4.2. DA JUSTIFICATIVA SIMPLIFICADA PARA VEDAÇÃO DE CONSÓRCIO

Considerando que a formação de consórcios somente é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de grande vulto, nas quais empresas isoladamente não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação, especialmente quanto as qualificações técnicas e econômico-financeiras, e, considerando, ainda, que a competitividade do certame não será afetada, recomenda-se que na presente licitação seja **vedada** a participação de Pessoa Jurídica em regime de consórcio, tendo em vista que a eventual contratação de empresa para aquisição de mochilas escolares, estojos escolares, tênis e meias não se caracteriza como contratação de grande vulto, de modo que únicas empresas poderão preencher os requisitos de habilitação jurídica, técnica e operacional.

4.3. DA JUSTIFICATIVA PELO AGRUPAMENTO

A Súmula n. 247 do Tribunal de Contas da União – TCU dispõe, que nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia em escala, é obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

Caso a pretensa aquisição ocorra por item, haverá inúmeros transtornos e prejuízos à Administração, principalmente pela possibilidade de várias licitantes arrematarem os itens, gerando inúmeros contratos administrativos, alguns provavelmente com valores ínfimos, acarretando o dispêndio de recursos financeiros e humanos, incompatíveis com a economicidade e eficiência, e provocando a gestão de diversos contratos com diversos fornecedores.

Somado a isso, os objetos descritos no anexo II são compatíveis entre si e de mesma natureza, o que possibilita que o agrupamento e a arrematação ocorram em lotes. Essa união baseia-se na compatibilidade e proximidade dos itens, além do baixo valor unitário, visto que se destinam a um fim similar e, separados, possuem baixo valor.

Além disso, a adjudicação por item causaria a perda de economia em escala, tendo em vista que quanto maior forem os itens da mesma natureza licitados em conjunto, maior será suas quantidades e possibilidade de desconto por parte do licitante arrematante.

Assim sendo, resta justificada a vantajosidade e economicidade do agrupamento do objeto da licitação, sem que isso signifique a restrição da competitividade, tendo em vista que os licitantes pertencentes ao ramo de atividade afim do objeto almejado poderão participar do certame, oferecendo lances, o que vai ao encontro dos Princípios Norteadores das Licitações Públicas.

4.6. DA JUSTIFICATIVA PELA NÃO APLICAÇÃO DA LC 123/2006

O pretense certame possui como objetivo a aquisição do objeto almejado e necessário à Administração. Contudo, a eventual aplicação da cota reservada disposta nos arts. 47 e 48 da LC 123/2006 não se mostra vantajosa para a pretensa aquisição, tendo em vista a necessidade de distribuição dos itens aos alunos de forma padronizada, remetendo a homogeneidade dos produtos a serem adquiridos no que tange a serigrafia, cor, textura, tamanho, qualidade e características dos materiais utilizados na fabricação e/ou confecção dos produtos especificados no anexo I deste termo. A realização da cota, neste caso, ensejaria a contratação de diversos fornecedores diferentes para a obtenção do mesmo produto, podendo ocasionar o fornecimento de forma heterogênea, o que restaria prejudicada a padronização almejada. Por isso, justificamos com base no art. 49 da LC 123/2006 a não realização da cota reservada, sem que isso restrinja a competitividade e os benefícios da referida lei às microempresas e empresas de pequeno porte.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, nos termos dos artigos 27 a 33 da Lei n.º 8.666/93, exclusivamente, documentação relativa a:

5.1.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA;

5.1.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA;

5.1.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA;

5.1.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, consistente em:

5.1.4.1. Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a Licitante dispõe de aptidão para a execução do contrato com características e quantidades compatíveis com o objeto da licitação, conforme preceitua o art. 30, inciso II, § 1º e 3º do inciso IV da Lei n.º 8666/93.

5.1.4.2. O atestado ou certidão de que trata o item 5.1.4.1. deverá ser apresentado em papel timbrado ou com carimbo do CNPJ da pessoa jurídica, contendo a identificação do signatário, cargo, nome e telefones ou qualquer outro meio que permita contato para eventuais diligências que se fizerem necessárias.

6. DA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS

6.1. Após a fase de habilitação da documentação, o pregoeiro convocará o licitante arrematante para



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

apresentação das amostras de todos os itens elencados no ANEXO II deste instrumento, bem como contemplando todas as especificações contidas, para serem submetidos aos testes necessários para avaliação se os materiais a serem adquiridos estejam em conformidade com a necessidade da administração pública.

6.2. As amostras deverão conter etiqueta identificadora constando o número do certame, a razão social, o CNPJ da empresa participante, a rubrica e número do registro geral do responsável pela entrega do material (identificação do representante da empresa); obedecer com exatidão às especificações consignadas neste Termo de Referência, contendo, inclusive, a marca do fabricante e modelo; data de fabricação e validade, conforme o caso, SOB PENA DE REPROVAÇÃO.

6.3. As Amostras deverão ser apresentadas no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, à Comissão da SMEC, nomeada através de portaria a ser publicada, composta por no mínimo 03 (três) servidores, na sede da Secretaria situada à Rua General Penha Brasil, 705 – São Francisco, CEP: 69305-130, no horário das 08:00h às 12:00h e 14:00h às 18:00h.

6.4. A SMEC se reserva no direito de utilizar o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para avaliar os materiais e se assegurar da qualidade e manifestar a sua aprovação ou reprovação, podendo o prazo ser prorrogado de ofício por igual período, sem que acarrete qualquer prejuízo à continuidade do processo.

6.5. Em consonância com o princípio da publicidade e com os acórdãos do TCU nº 1823/2017 e 2763/2013, todas as licitantes terão o direito de acompanhar a apresentação de amostra.

6.6. As licitantes deverão entrar em contato com a SMEC, através do e-mail gabinete.smec@edu.pmbv.gov.br e/ou telefone (95) 3623-2626, de segunda à sexta, das 08:00h às 12:00h e 14:00h às 18:00h, para obter informações a respeito da apresentação das amostras, bem como, informar o interesse em acompanhar a referida etapa, desde que em tempo hábil.

6.7. Terminada a avaliação e, caso o produto não tenha sido aprovado, a SMEC se manifestará justificando a reprovação.

6.8. Nos casos de reprovação das amostras, serão convocados os licitantes remanescentes até que se obtenha a qualidade dos materiais que atenda os critérios estabelecidos neste Termo de Referência, ANEXO II, sem prejuízo daqueles previstos no Edital e seu Anexos.

7. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O licitante vencedor deverá, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, após a convocação, assinar a Ata de Registro de Preços.

7.1.1. O prazo estabelecido no item 7.1. poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela SMEC.

7.2. É facultado à SMEC, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo consignado no item 7.1., convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

7.3. A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas, inclusive as dispostas no item 17.

7.4. A vigência da ata de registro de preço será de **12 (doze) meses**, a contar da sua assinatura.

7.5. Os Contratos oriundos da Ata de Registro de Preço deverão ser assinados dentro do prazo de sua respectiva validade.

7.6. Poderão utilizar-se da Ata de registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitada no que couber, as condições e regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 113/E, até o limite adicional de 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados para utilização do órgão gerenciador e participantes, independentemente do número dos órgãos participantes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

7.7. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços oriunda do presente processo não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado para o órgão gerenciador e participantes, independentemente do número de órgãos que aderirem.

7.8. O Decreto Municipal nº 113/E de 19 de novembro de 2014 deverá ser aplicado em toda e qualquer situação que envolva o Registro de Preço do presente objeto e sua respectiva ata.

8. DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

8.1. A vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, a partir da assinatura do instrumento contratual.

8.2. A fornecedora deverá assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de **05 (três) dias úteis**, a contar da data da convocação, sob a pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei Federal n. 8.666/93;

8.2.1. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado e devidamente justificado pela parte interessada e aceito pela Administração;

8.3. O contrato deverá ser publicado, por meio de extrato no Diário Oficial do Município, nos termos do parágrafo único, do art. 61 da Lei Federal n. 8.666/93;

8.4. O prazo para entrega do material será de **45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados a partir da data de recebimento da Ordem de Entrega pela Contratada.

8.4.1. A Contratada entregará à Contratante os materiais de acordo com a quantidade estipulada na Ordem de Entrega, que será emitida após o empenho da despesa.

8.4.2. Serão devolvidos os materiais que estiverem abaixo do padrão estabelecido na proposta ou que apresentarem qualquer deterioração na qualidade, em razão de quaisquer fatores.

8.4.3. O material deve ser entregue devidamente embalado, com discriminação e informações na embalagem, devendo estar identificado por tamanho (Educação Infantil (PP) e Fundamental (P)).

8.4.3.1. A CONTRATADA deverá entregar os materiais nas unidades escolares conforme relação de endereços (anexo III), devendo agendar com a SMEC, data e horário da entrega do material, pelo e-mail gabinete.smecc@edu.pmbv.gov.br ou telefone (95) 3621-2626, assim os fiscais do processo estarão presentes para receber o material.

8.4.4. A entrega deverá ser realizada nos dias úteis compreendidos de segunda-feira à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min.

8.4.4.1. A entrega, excepcionalmente, poderá ocorrer aos finais de semana, feriados e nos dias em que não houver expediente na Administração Municipal, desde expressamente autorizado pela Contratante.

8.4.5. A Contratada deverá acordar com a Contratante a realização da entrega, dentro do prazo previsto contratualmente, informando o dia, horário e qual transportadora entregará os materiais, quando for o caso.

8.5. Os objetos serão recebidos e aceitos da seguinte forma:

8.5.1. Provisoriamente, no ato da entrega.

8.5.2. Definitivamente, no prazo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material.

8.5.2.1. A verificação da qualidade e quantidade do material, mencionada no item 8.3.2., deverá constar em termo circunstanciado, elaborado pelos Fiscais do Contrato ou outro servidor excepcionalmente designado pela Contratante.

8.5.2.2. Na hipótese da verificação a que se refere o item 8.3.2. não ser procedida dentro do prazo consignado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.6. O recebimento provisório ou definitivo, ainda que na forma do item 8.3.2., não exclui e/ou reduz a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

8.7. A embalagem deverá oferecer completa proteção ao material em função das condições de armazenamento, acesso, movimentação e manuseio do produto, desde as dependências da Contratada até a descarga no local indicado no item 8.2.3.

8.8. O transporte dos produtos até a entrega será por conta da Contratada, sem qualquer responsabilidade e/ou ônus à Contratante.

8.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **07 (cinco) dias corridos**, a contar do recebimento da Notificação pela Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades e sem qualquer ônus para a Contratante.

8.10. Os produtos entregues deverão atender o padrão de identidade e qualidade de acordo com a legislação vigente.

8.11. O descumprimento, total ou parcial, das condições de entrega dos materiais solicitados através da Ordem de Entrega poderá ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades administrativas previstas neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato Administrativo, bem como das reparações pertinentes previstas nas leis vigentes, à luz das peculiaridades do caso concreto.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Constituem obrigações da **Contratante**:

9.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de comissão ou servidor especialmente designado (Fiscais do Contrato), verificando minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Edital e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

9.1.2. Notificar por escrito a Contratada toda e qualquer imperfeição, falha e/ou irregularidade verificada no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado e/ou corrigido.

9.1.3. Exigir a qualquer tempo da Contratada os documentos que comprovem o correto e tempestivo pagamento de todos os encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais e comerciais decorrentes da execução pretendida, bem como todas as qualificações que ensejarem sua habilitação.

9.1.4. Designar representantes para gestão e fiscalização do contrato dos termos do art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93.

9.1.5. Receber o objeto do contrato através do setor responsável por seu acompanhamento ou fiscalização, em conformidade com o art. 73 da Lei Federal n. 8.666/93.

9.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada em conformidade com o disposto no item 14.

9.1.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ação e/ou omissão da Contratada, de seus empregados, prepostos e/ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A **Contratada** deve cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, em Edital posterior e seus anexos, se houver, assim como em sua proposta, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da perfeita execução contratual e, ainda:

10.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal.

10.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os arts. 12, 13, 17 e 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90).

10.1.3. Substituir, reparar e/ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias e/ou defeitos.

10.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de **48 (quarenta e oito) horas** que antecede a



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.1.5. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação.

10.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, fornecendo o nome completo, telefone e e-mail do indicado.

10.1.7. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo as reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações, visando fiel cumprimento do contrato.

10.1.8. Garantir a qualidade dos produtos pelo período de validade.

10.1.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato, sem prévia e expressa anuência da Contratante.

10.1.10. Emitir nota fiscal ou recibo em nome do Município de Boa Vista/Prefeitura Municipal, CNPJ nº 05.943.030/0001-55, conforme Decreto Municipal nº 129/E, de 22 de julho de 2009.

11. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. O Gestor do Contrato é o responsável pelo gerenciamento do contrato, planejamento dos pedidos, coordenação da execução contratual, comunicação com a Contratada e elaboração das tratativas administrativas necessárias a fiel execução do objeto contratual.

11.1.1. O Gestor do Contrato será nomeado dentre os servidores da Contratante, por meio de Portaria, após a formalização do Contrato Administrativo.

11.1.2. O Gestor do Contrato deverá auxiliar e orientar a Fiscalização do Contrato sempre que necessário, visando a perfeita execução contratual.

11.2. Os Fiscais do Contrato são responsáveis pela fiscalização da execução contratual.

11.2.1. Os Fiscais do Contrato serão nomeados dentre os servidores da Contratante, por meio de Portaria, após a formalização do Contrato.

11.2.2. Os Fiscais do Contrato poderão ser nomeados individualmente e, a depender da complexidade do objeto, em comissão com no mínimo três servidores.

11.2.3. Os Fiscais do Contrato anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, determinando, quando necessário, à regularização de falhas e/ou defeitos observados.

11.2.4. Esta fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiro, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, não implicando também, corresponsabilidade do contratante ou de seus agentes e prepostos (art. 70, da Lei Federal n. 8.666/93).

11.3. Para a Gestão e Fiscalização do Contrato deverá ser observada a **Orientação Técnica CGM nº 5/2016**, publicada no D.O.M. 4106 de 22 de fevereiro de 2016, ou qualquer outra que venha a substituí-la, sem prejuízo da aplicação das normas vigentes sobre o assunto.

12. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

12.1. O orçamento estimado para a aquisição almejada totaliza o importe de **R\$ 11.276.548,74 (onze milhões, duzentos e setenta e seis mil, quinhentos e quarenta e oito reais e setenta e quatro centavos)**, inclusos taxas e impostos pertinentes, para eventual contratação obedecendo aos quantitativos e especificações constantes nos **Anexos I e II**.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. Os recursos orçamentários para atender à despesa a ser contratada serão informados no momento da formalização do contrato, conforme dispõe o art. 15, caput, do Decreto Municipal nº 113/E de 19 de novembro de 2014, cuja Fonte de Recursos será Próprio.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

14. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças – SEPF, até 30º (trigésimo) dia do mês subsequente à efetiva entrega dos materiais, mediante apresentação da documentação da empresa (Nota Fiscal/Fatura), em vias devidamente atestadas, após a análise e manifestação da Controladoria Geral do Município – CGM;

14.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei Federal nº 8.666/93;

14.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos documentos pertinentes à contratação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa como, por exemplo, obrigação financeira pendente por parte da Contratada, decorrente de inadimplência ou penalidade imposta, o pagamento ficará sobrestado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras;

14.3.1. Nas hipóteses previstas no item 14.3., o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação por parte da Contratada, não acarretando ônus à Contratante.

15. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

15.1. Os acréscimos ou supressões que se fizeram necessários no quantitativo da aquisição não ultrapassarão o montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato como dispõe o art. 65, § 1º, da Lei Federal n. 8.666/93;

15.2. O prazo contratual poderá ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, de acordo com o interesse e a necessidade da Administração, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93;

15.3. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da assinatura do contrato;

15.3.1. Dentro da vigência contratual e mediante solicitação da Contratada, os preços poderão ser reajustados, após um ano da publicação do contrato, aplicando-se o **Índice de Pesquisa Ampla ao Consumidor - IPCA**, pela sua variação acumulada nos último 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

15.3.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

15.3.3. No caso de o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

15.3.3.1. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

15.4. O reajuste será realizado por apostilamento.

16. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA DO CONTRATO

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, assim como que sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato e que não haja prejuízo à execução do objeto pactuado, devendo a Contratante anuir expressamente com a continuidade do contrato.

17. DA RESCISÃO E DAS PENALIDADES

17.1. O contrato poderá ser rescindido, por mútuo interesse entre as partes, atendidas a conveniência da Contratante, de forma imediata e independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, recebendo a Contratada o valor correspondente ao objeto entregue.

17.2. Comete infração administrativa, conforme a Lei Federal nº 10.520/2002, a Contratada que:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

17.2.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação.

17.2.2. ensejar o retardamento da execução do objeto.

17.2.3. falhar ou fraudar na execução do contrato.

17.2.4. comportar-se de modo inidôneo.

17.2.5. cometer fraude fiscal.

17.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá aplicar as seguintes sanções:

17.3.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos à Contratante.

17.3.2. Multa Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento) do valor inadimplido (art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93).

17.3.3. Multa Compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de inexecução total do objeto (art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93).

17.3.3.1. Na hipótese de inexecução parcial, a multa compensatória será aplicada, no mesmo percentual do item 17.3.3., de forma proporcional à obrigação inadimplida.

17.3.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública Municipal opera e atua concretamente, pelo prazo de até **02 (dois) anos**.

17.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida quando a Contratada ressarcir integralmente à Contratante pelos prejuízos causados.

17.4. As multas previstas poderão ser aplicadas separadamente ou cumulativamente, à critério da Contratante, que poderá, ainda, descontar os respectivos valores dos pagamentos a serem efetuados.

17.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, inciso III e IV, da Lei Federal nº 8.666/93, as empresas ou profissionais que:

17.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, com dolo, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

17.5.2. tenham praticados atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

17.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93, e subsidiariamente a Lei Federal nº 9.784/99.

17.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

17.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta da licitante e/ou Contratada, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme dispõe o art. 419 do Código Civil.

17.9. A Autoridade Competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.10. Da aplicação das penalidades caberá recurso no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Notificação.

17.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17.12. Pelo descumprimento de cláusulas contratuais, a SMEC poderá ainda aplicar à



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONTRATADA as seguintes sanções, de acordo com os graus atribuídos, conforme as tabelas 1 e 2 a seguir:

| Tabela 1 | |
|-----------------|--|
| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
| 01 | Multa de 0,3% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência |
| 02 | Multa de 0,6% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência |
| 03 | Multa de 1,2% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência |
| 04 | Multa de 2,4% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência |
| 05 | Multa de 4,8% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência |
| 06 | Multa de 9,6% sobre o valor da fatura do mês da ocorrência |

| Tabela 2 | | |
|-------------------------|--|-------------|
| TIPO DE INFRAÇÃO | | |
| ITEM | DESCRIÇÃO | GRAU |
| 01 | Atrasar na implantação de medidas corretivas exigidas pela SMEC ou na execução de outras obrigações contratuais, por ocorrência; | 1 |
| 02 | Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e de seus anexos não previstos nesta tabela de multas, por ocorrência; | 1 |
| 03 | Recusar-se a executar serviço determinado pela SMEC, desde que pertinentes às suas atividades, por ocorrência; | 2 |
| 04 | Deixar de cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela SMEC, por item e por ocorrência; | 2 |
| 05 | Deixar de prestar esclarecimentos à Contratante, por ocorrência; | 2 |
| 06 | Deixar de comunicar, por escrito, à Instituição, imediatamente após o fato, qualquer anormalidade ocorrida nos serviços, por fato ocorrido; | 3 |
| 07 | Deixar de designar preposto, por ocorrência; | 4 |
| 08 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por ocorrência, total ou parcialmente; | 4 |
| 09 | Interromper a realização dos serviços, por ocorrência de paralisação; | 5 |
| 10 | Reter equipamento sem autorização da SMEC; | 5 |
| 11 | Deixar de cumprir prazos contratuais, sem a devida justificativa, por ocorrência; | 5 |
| 12 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais; | 6 |
| 13 | Descumprir as determinações da IN 01, de 19 de janeiro de 2010 – SLTI, que dispõe critérios de sustentabilidade ambiental para os serviços contratados. | 6 |
| 14 | Deixar de fornecer EPI's (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados ou deixar de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência. | 6 |

18. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

18.1. A licitante quando da apresentação de documentação de habilitação deverá informar qual o endereço eletrônico será utilizado para trocas de correspondências, comunicados, termos contratuais, empenhos e demais atos pertinentes a fiel execução do objeto contratado.

18.2. O edital e sua respectiva homologação devem ser publicados, por meio de extrato, no Diário Oficial do Município.

18.3. O contrato deverá ser publicado, por meio de extrato no Diário Oficial do Município, nos termos do parágrafo único, do art. 61 da Lei Federal n. 8.666/93.

18.4. Os casos omissos e as dúvidas que surgirem quando da execução do contrato serão resolvidas entre as partes contratantes por meio de procedimentos administrativos.

Boa Vista, 04 de fevereiro de 2022.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ELABORAÇÃO CENTRAL DE COMPRAS/CPL:

ASSINATURA ELETRÔNICA
Thaioná Pinho Corrêa de Melo
Assistente Administrativo

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA/SMEC:

De acordo, SMEC:

ASSINATURA DIGITAL
Janderson Barros de Freitas
Superintendência de Planejamento Educacional

Autorizo, SMEC:

ASSINATURA DIGITAL
Maria Consuelo Sales Silva
Secretária Municipal de Educação e Cultura



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ANEXOS TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO I
DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS

Mochila Escolar com carrinho Tamanho P, em Tecido rip stop maquinado com desenho de retângulo e dentro do retângulo um mini losango com composição 100% Poliéster, gramatura de 211g/m² (+/-5%), armação NORMA NBR 12546 Maquinado, com aplicação de hidro repelente AATCC 22 SPRAY TESTE, na cor Azul Marinho, TRAMA 300/96 NORMA NBR 13216, URDUME 300/96 NORMAL NBR 13216, toda estruturada em material Policloreto de Vinila, sendo a mochila nas seguintes medidas medindo 39cm de Altura e 31cm de Largura profundidade proporcional.

O tecido nylon 70 cor branco deve apresentar composição 20% Poliamida e 80% Policloreto de Vinila com gramatura de 300 g/m².

Corpo principal: confeccionado em Tecido rip stop maquinado com desenho de retângulo e dentro do retângulo um mini losango com composição 100% Poliéster, gramatura de 211g/m² (+/-5%), armação NORMA NBR 12546 Maquinado, com aplicação de hidro repelente AATCC 22 SPRAY TESTE, na cor Azul Marinho, TRAMA 300/96 NORMA NBR 13216, URDUME 300/96 NORMAL NBR 13216. Parte interna contendo duas divisórias.

Fechamento com zíper em cadarço e espiral 100% poliéster, com 61,5 cm de comprimento, na cor marinho e dois cursores de cor niquelado número 6.

Fundo da mochila consta um revestimento em PVC.

Bolso frontal elevado: confeccionado em tecido nylon 70 cor branco de composição 20% Poliamida e 80% Policloreto de Vinila com gramatura de 300 g/m², sendo protegida por plástico cristal transparente, o mesmo é todo estruturado em material Policloreto de Vinila, ambos na cor branca, com 26 cm de comprimento, 30 cm de altura e 5 cm de profundidade. Fechamento com zíper em cadarço e espiral 100% poliéster, com 37 cm de comprimento na cor branca e um cursor de cor niquelado número 6. Parte interna do mesmo consta um bolso embutido com acabamento em viés.

Fole superior esquerdo deverá conter um identificador do aluno em cristal transparente com abertura na parte superior medindo 9 cm largura e 7 cm altura.

Foles inferiores esquerdo e direito deve conter um bolso em Tela Voley cor marinho com acabamento em viés.

Carrinho escolar para transporte em alumínio com base plástica, ele é composto por duas rodas em silicone medindo 5 cm, distância entre eixos é de 20 cm uma da outra, e dois suportes frontal de 6 cm de altura cada para estabilizar o carrinho em pé, suas hastes medem 40 cm de altura recolhido e 72 cm de altura esticada, sendo que possui 4 regulagens de altura para melhor ajuste. Suporte de mão plástico na cor preta medindo 8 cm de largura e 4 cm de altura de vão livre para as mãos. As hastes de alumínio medindo 2 cm de largura por 1,5 cm de profundidade e 39 cm de altura. As hastes moveis alumínio medindo 35 cm de altura, 1,7 cm de largura por 1,3 cm de profundidade.

Serigrafia: Logomarca deverá ser aplicada na peça, na face frontal do bolso da mochila.

Tolerância de 1 cm nas medidas para mais ou menos.

Mochila Escolar com carrinho Tamanho PP, em Tecido rip stop maquinado com desenho de retângulo e dentro do retângulo um mini losango com composição 100% Poliéster, gramatura de 211g/m² (+/-5%), armação NORMA NBR 12546 Maquinado, com aplicação de hidro repelente AATCC 22 SPRAY TESTE, na cor Azul Marinho, TRAMA 300/96 NORMA NBR 13216, URDUME 300/96 NORMAL NBR 13216, toda estruturada em material Policloreto de Vinila,



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

sendo a mochila nas seguintes Medindo 34cm de Altura e 26cm de comprimento x 15 cm de profundidade.

O tecido nylon 70 cor branco deve apresentar composição 20% Poliamida e 80% Policloreto de Vinila com gramatura de 300 g/m².

Corpo principal: confeccionado em Tecido rip stop maquinado com desenho de retângulo e dentro do retângulo um mini losango com composição 100% Poliéster, gramatura de 211g/m² (+/-5%), armação NORMA NBR 12546 Maquinado, com aplicação de hidro repelente AATCC 22 SPRAY TESTE, na cor Azul Marinho, TRAMA 300/96 NORMA NBR 13216, URDUME 300/96 NORMAL NBR 13216, Parte interna contendo duas divisórias.

Fechamento com zíper em cadarço e espiral 100% poliéster, com 47 cm de comprimento, na cor marinho e dois cursores de cor niquelado número 6.

Fundo da mochila consta um revestimento em PVC.

Bolso frontal elevado: confeccionado em tecido nylon 70 cor branco de composição 20% Poliamida e 80% Policloreto de Vinila com gramatura de 300 g/m², sendo protegida por plástico cristal transparente, o mesmo é todo estruturado em material Policloreto de Vinila, ambos na cor branca, com 19 cm de comprimento, 24 cm de altura e 5 cm de profundidade. Fechamento com zíper em cadarço e espiral 100% poliéster, com 32 cm de comprimento na cor branca e um cursor de cor niquelado número 6. Parte interna do mesmo consta um bolso embutido com acabamento em viés.

Fole superior esquerdo deverá conter um identificador do aluno em cristal transparente com abertura na parte superior medindo 9 cm largura e 7 cm altura.

Foles inferiores esquerdo e direito deve conter um bolso em Tela Voley cor marinho com acabamento em viés.

Carrinho escolar para transporte em alumínio com base plástica, ele é composto por duas rodas em silicone medindo 5 cm, distância entre eixos é de 20 cm uma da outra, e dois suportes frontal de 6 cm de altura cada para estabilizar o carrinho em pé, suas hastes medem 40 cm de altura recolhido e 72 cm de altura esticada, sendo que possui 4 regulagens de altura para melhor ajuste. Suporte de mão plástico na cor preta medindo 8 cm de largura e 4 cm de altura de vão livre para as mãos. As hastes de alumínio medindo 2 cm de largura por 1,5 cm de profundidade e 34 cm de altura. As hastes moveis alumínio medindo 35 cm de altura, 1,7 cm de largura por 1,3 cm de profundidade.

Serigrafia: Logomarca deverá ser aplicada na peça, na face frontal do bolso da mochila.

Tolerância de 1 cm nas medidas para mais ou menos.

Estojo, em Tecido rip stop maquinado com desenho de retângulo e dentro do retângulo um mini losango com composição 100% Poliéster, gramatura de 211g/m² (+/-5%), armação NORMA NBR 12546 Maquinado, com aplicação de hidro repelente AATCC 22 SPRAY TESTE, na cor Azul Marinho, TRAMA 300/96 NORMA NBR 13216, URDUME 300/96 NORMAL NBR 13216, toda estruturada em material Policloreto de Vinila. Com bolso frontal medindo 20 cm de comprimento por 7 cm de altura, com fechamento em zíper em cadarço e espiral 100% poliéster, com 24 cm de comprimento, na cor marinho e cursor de cor niquelado número 6. Sendo o estojo nas seguintes medidas 8 cm de altura x 20 cm de comprimento x 8 cm de profundidade. Reforços internos das costuras: com viés de tecido não tecido na cor preta, costurado com uma agulha reta e bom acabamento.

Serigrafia: Logomarca deverá ser aplicada na peça, na face frontal do bolso.

Imagens ilustrativas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



| | ALTURA | COMPRIMENTO | LARGURA |
|--------------------|--------|-------------|---------|
| MOCHILA TAMANHO P | 39cm | 31cm | 18cm |
| MOCHILA TAMANHO PP | 34cm | 26cm | 15cm |
| ESTOJO | 08cm | 20cm | 08cm |

Comprovação do Tecido, através de Laudo fornecido por Laboratório Credenciado pelo INMETRO.

| Características | Norma | Resultado |
|-----------------|---------------------|-----------|
| Repetência | Spray test AATCC 22 | |
| Espessura | NBR 13371 | |
| Composição | NBR 11914/AATCC20 | |
| Gramatura | NBR 10591 | |
| Título dos fios | NBR 13216 | |
| Densidade | NBR 10588 | |
| Armação | NBR 12546 | |

MEIAS:

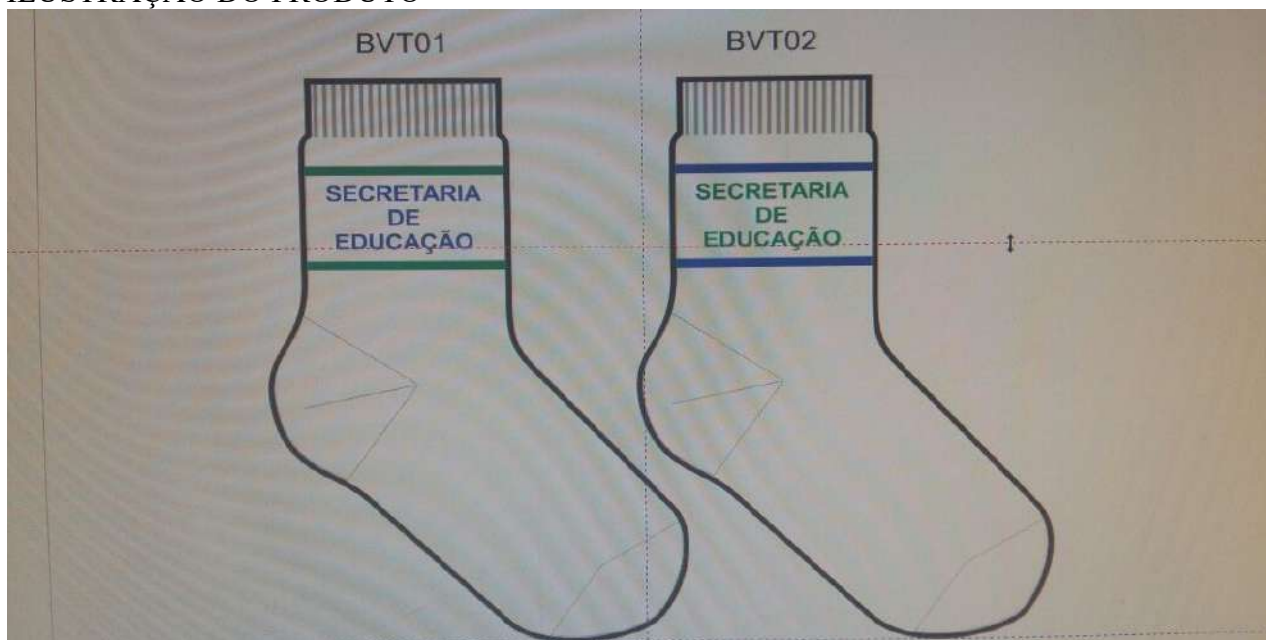


PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DESCRIÇÃO DO PRODUTO

a) Meia de algodão tipo colegial;

ILUSTRAÇÃO DO PRODUTO



CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DA MEIA

- Calcanhar verdadeiro;
- Cor do corpo da meia: Branca;
- Cor biqueira e calcanhar: Branca;
- Desenho feito em jacquard, composto pela escrita “PREFEITURA BOA VISTA”, conforme imagem;
- PUNHO: jérsei (meia malha) com disposição de agulhas 1X1, onde uma tece e uma forma o canelado (aspecto = sanfona 1X1).

RESISTÊNCIA AO ESTOURO:

a) 10,0 kgf / cm² mínimo;

COMPOSIÇÃO, GRAMATURA, ALONGAMENTO E ENCOLHIMENTO DA MEIA

b) Gramatura: 195 gr/m² ;

c) Composição: **50% ALGODÃO – 34% POLIAMIDA – 15% POLIÉSTER – 1,0%ELASTO-DIENO.**

d) Encolhimento/Alongamento Largura: - 12%, no máximo.

e) Encolhimento/Alongamento Comprimento: - 12%, no máximo.

Obs. Os resultados de encolhimento estão expressos por sinal + ou –, que significa (-) encolhimento – (+) alongamento.

FECHAMENTO DA PONTA

A meia deve costurada em máquina remalhadeira. A costura da meia deve estar de acordo com a porção subjacente do corpo para vestir de modo que não há rugas indesejáveis ou espessuras no tecido causando pressão nos dedos ou no peito do pé.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DIMENSÕES DO PRODUTO ACABADO

| ITEM | DADOS | BB | PP | P | M | G | GG | XGG | Adulto |
|------|----------------------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| | Tamanho do Calçado | 14 a 17 | 18 a 21 | 22 a 25 | 26 a 29 | 30 a 33 | 34 a 37 | 38 a 41 | 42 a 45 |
| | Idade | 1 e 2 | 3 e 4 | 5 e 6 | 7 e 8 | 9 e 10 | 11 e 12 | 13 e 14 | 15 a 18 |
| | Largura do Punho | 6,0 cm | 6,0 cm | 6,5 cm | 6,5 cm | 6,5 cm | 7,5 cm | 7,5 cm | 7,5 cm |
| | Altura do Punho | 1,5 cm | 1,5 cm | 1,5 cm | 1,5 cm | 2,0 cm | 2,0 cm | 2,0 cm | 2,0 cm |
| | Comprimento da Perna | 4,0 cm | 4,5 cm | 5,5 cm | 6,5 cm | 7,5 cm | 8,5 cm | 9,5 cm | 10,5 cm |
| | Comprimento do Pé | 7,0 cm | 9,0 cm | 11,0 cm | 13,0 cm | 16,0 cm | 20,0 cm | 22,0 cm | 25,0 cm |

*As medidas terão tolerância de 5% para mais ou para menos, desde que não altere a qualidade do produto.

ACABAMENTO E QUALIDADE

As meias devem ser bem passadas de maneira que evidencie suas partes: biqueira, calcanhar e punho; a costura da meia deve estar de acordo com a porção subjacente do corpo para vestir de modo que não gere rugas indesejáveis ou espessuras maiores no tecido, pois pode causar pressão nos dedos ou no peito do pé. As meias devem estar isentas de qualquer defeito que comprometa sua apresentação e uso; as meias não devem apresentar torção, costura mal-feita, pontas, dobras, franzidos, pontos falhados, rompidos ou soltos.

LAUDOS DE LABORATÓRIOS CREDITADOS PELO INMETRO

Laudo para Composição se aceita: METODO: NORMA 20/05 e 20A/05 DA AATCC e NBR 13538:1995/11914:1992, respectivamente.

Laudo para Gramatura se aceita:

METODO: NBR 10591/08 - Determinação da gramatura de tecidos.

Laudo para encolhimento e alongamento se aceita:

METODO: NORMA NBR 10320/88 – Determinação das alterações Dimensionais planos e malhas – Lavagem em máquina Caseira Automática.

Laudo para resistência ao estouro:

METODO: NORMA NBR 13384/95 – Equipamento utilizado: Mullentester.

BRASÃO DE BOA VISTA (desenho presente em todas as peças dos uniformes)





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

TÊNIS
Especificação técnica





PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

DESCRIÇÃO DO PRODUTO:

MODELO TENIS - COM AMARRAÇÃO EM CADARÇO
A ESPECIFICAÇÃO E NORMAS TÉCNICAS A SEGUIR DESCRITAS ESTÃO EM
CONFORMIDADE COM A ABNT NBR 16473 - CONFORTO EM CALÇADO ESCOLAR -
REQUISITOS NORMAS E ENSAOS – PRIMEIRA EDIÇÃO 11/04/2016.

Calçado TIPO TÊNIS, para uso escolar constituído de um cabedal de alta resistência, confeccionado em lona azul marinho dublada com sarja, acabamento em viés, ilhós com banho antioxidante, contraforte para armar o traseiro, forro do cabedal, palmilha de acabamento com amortecedor, solado em policloreto de vinila pelo processo de injeção direta ao cabedal.

CALÇADO TIPO TÊNIS acima, constituído de:

- *Cabedal*
- *Palmilha de acabamento*
- *Solado*

CABEDAL

Parte superior do calçado composto de várias peças dispostas da seguinte forma: Gáspea, cano, forro traseiro, viés, contraforte interno, reforço dos ilhoses, ilhós, atacadores.

Gáspea

Constituída em Lona 100% algodão na cor azul (PANTONE 19-3920 tpx), ligamento panamá, gramatura 288 Gr/m², densidade do urdume 57 fios/pol., densidade da trama 30,5. fios/pol. Dublada (unida) com forro, ligamento Sarja, gramatura 188 Gr/m², densidade do urdume 76 fios/pol., densidade da trama 38 fios/pol.

Cano

Constituído em Lona 100% algodão na cor azul (PANTONE 19-3920 tpx), ligamento panamá, gramatura 288 Gr/m², densidade do urdume 57 fios/pol., densidade da trama 30,5. fios/pol. Dublada (unida) com forro, ligamento Sarja, gramatura 188 Gr/m², densidade do urdume 76 fios/pol., densidade da trama 38 fios/pol., com viés nas bordas para dar acabamento, e costuras com linha na cor do cabedal. Também deverá conter uma etiqueta com o brasão do município aplicado na lateral externa da peça.

Forro Traseiro

Confeccionado em forro tipo colmeia 100% poliéster gramatura mínima 90g/m² na cor preto, dublado com espuma poliuretano mínima de 3mm espessura. Gramatura mínima final de 120g/m².

Viés

Material utilizado no arremate das peças, ou seja, no acabamento proporcionando maior durabilidade e contribuindo no visual do calçado, peça elaborada em tecido 100% algodão na cor azul (PANTONE 19-3920 tpx), com 15% de goma com largura de 25 mm e 5 mm depois de dobrado e aplicado pelo método de costura.

Reforço dos ilhoses

Peça integrante do cabedal localizada logo abaixo do cano na região onde serão aplicados os ilhoses, motivado a estabelecer segurança no amarre e assim contribuindo por maior durabilidade do calçado, constituído em Lona 100% algodão na azul (PANTONE 19-3920 tpx), ligamento panamá, gramatura 288 gr/m², densidade do urdume 57 fios/pol., densidade da trama 30,5 fios/pol. Dublada (unida) com forro, ligamento sarja, gramatura 188 gr/m², densidade do urdume 76 fios/pol., densidade da trama 38 fios/pol.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Ilhós

Peça metálica, constituído de alumínio na cor natural com banho antioxidante, com diâmetro externo da cabeça de 9,5mm, diâmetro interno de 4,5mm e altura de 6,2mm.

Atacador

Peça aplicada no cabedal através dos orifícios criados com a aplicação dos ilhoses, constituído de fios trançados 100% poliéster na cor branco com ponteiros de acabamento de acetato e formato chato, com tamanhos equivalentes e proporcionais à numeração.

Palmilha Acabamento

Peça aplicada na base superior da entressola após o mesmo ser injetado diretamente ao cabedal. Com finalidade de proporcionar ao usuário conforto e praticidade no momento da higienização este item é removível de modo a ser retirado a qualquer instante para que seja corretamente higienizado. Constituído a partir de uma placa de copolímero de etileno acetato de vinila com espessura de 3 mm, dureza 24/26, densidade 10/12, dublada com tecido na cor branco, gramatura 90 gr/m².

COMPONENTES DO SOLADO

Solado

Parte inferior do calçado composto de vira lateral, e soleta.

Visando maior durabilidade, conforto além de agredir menos o meio ambiente esta peça em junção com a parte superior (cabedal) do calçado, deverá ser isenta de qualquer tipo de adesivos salvo em condições na dublagem de tecidos.

Vira lateral

Parte superior do solado, motivada a unir-se ao cabedal pelo processo de injeção direta (ausência de adesivos), dando sustentabilidade segurança e proteção a parte lateral do pé, constituído em policoreto de vinila dureza máxima 65, abrasão menor que 250, na cor branco.

Soleta

Parte inferior do solado unida a sua parte superior (entressola) pelo processo denominado inserto onde também há a ausência de adesivos, principal parte em contato com o solo, sendo sua função de extrema importância na segurança do usuário. Deverá ter sulcos para escoação de água e assim melhores aderência ao solo. Constituído em policoreto de vinila dureza máxima 65, abrasão menor que 250, na cor branco. Nesta peça deverá conter de forma fixa, permanente e visível resultante de único processo de injeção o número referente ao tamanho do calçado.

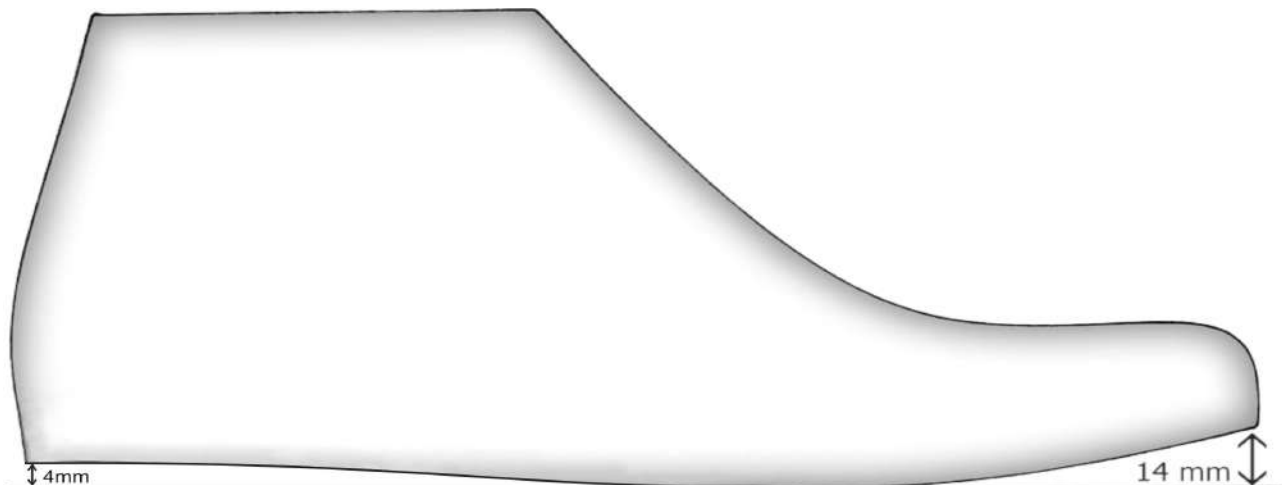
Fôrma

No intuito de se obter melhor resultado no produto final que tem como objeto tênis para a prática de esportes e passeio deverá ser utilizada forma de moldagem com design arrojado e moderno. Com perfil e planta ergonomicamente desenvolvida para proporcionar maior conforto ao caminhar e correr.

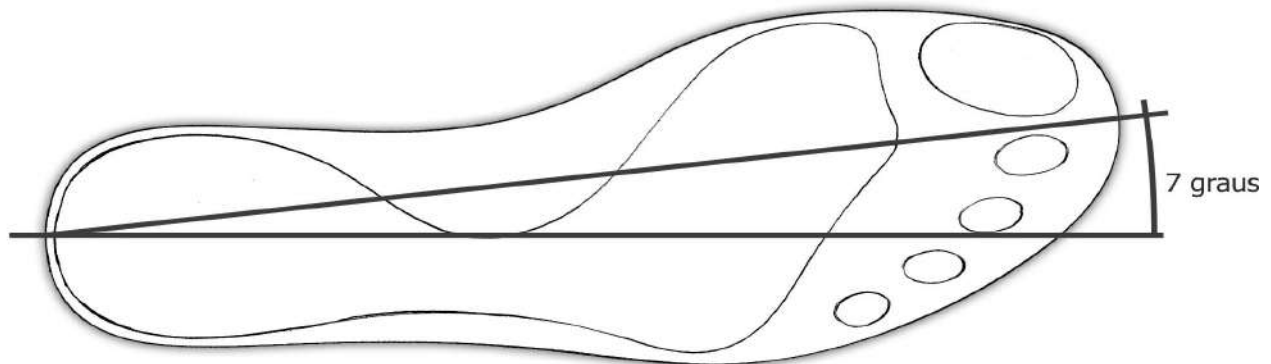
Bico elevado entre 12 mm e 14 mm, para facilitar a locomoção e desempenho. Diminuindo o atrito e esforço do pé quando exigido neste movimento. Servindo também para aliviar o cansaço durante a articulação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



Planta – Desenvolvida com eixo de bico anatômico (inclinação de 7 graus em relação ao eixo do salto) para proporcionar conforto na acomodação e liberdade de movimento aos pés.



Planta da forma anatomicamente desenhada para melhor comodidade dos pés.

Montagem do Cabedal – Todas as peças acima citadas deverão ser unidas pelo processo denominado pesponto (costura). Através de máquinas de 1 e 2 agulhas entrelaçando e unindo-as com linha 100% poliamida, assim contribuindo com a excelência no resultado final da montagem do cabedal.

Montagem do Calçado – Através do sistema string (costura das bordas sobre fio) que evita o uso de palmilhas de sustentação, aumentando o conforto e facilitando a sua higienização.

Por se tratar de um produto em produção fabril exige-se que as dimensões dos calçados acompanhem a tabela exposta logo abaixo em escala francesa fator de conversão 0,66667. Este ato dará padrão no momento da produção e entrega do calçado.

Tabela de dimensões

| NUMERAÇÃO | COMPRIM. (CM) | NUMERAÇÃO | COMPRIM. (CM) |
|-----------|---------------|-----------|---------------|
| 18 | 12,00 | 33 | 22,00 |
| 19 | 12,67 | 34 | 22,67 |
| 20 | 13,33 | 35 | 23,33 |
| 21 | 14,00 | 36 | 24,00 |
| 22 | 14,67 | 37 | 24,67 |
| 23 | 15,33 | 38 | 25,33 |
| 24 | 16,00 | 39 | 26,00 |
| 25 | 16,67 | 40 | 26,67 |
| 26 | 17,33 | 41 | 27,33 |
| 27 | 18,00 | 42 | 28,00 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| | | | |
|----|-------|----|-------|
| 28 | 18,67 | 43 | 28,67 |
| 29 | 19,33 | 44 | 29,33 |
| 30 | 20,00 | | |
| 31 | 20,67 | | |
| 32 | 21,33 | | |

LAUDOS EXIGIDOS PARA ATESTAR QUALIDADE DA MATERIA PRIMA

Juntamente com os protótipos físicos deverá ser entregue os certificados de qualidade abaixo relacionados emitidos por laboratórios acreditados por INMETRO

| MATERIA PRIMA | ENSAIOS | RESULTADO MINIMO |
|-----------------------|-------------------|-------------------------|
| LONA JÁ UNIDA A SARJA | ABNT NBR 10591/08 | 476gr/m ² ≥ |
| FORRO TRASEIRO | ABNT NBR 10591/08 | 120gr/m ² ≥ |
| PLACA DE EVA | ABNT NBR 14099/16 | 4,0mm ≥ |
| ENTRESSOLA | ABNT NBR 14454/07 | ≤ 65 |
| SOLETA | ABNT NBR 14454/07 | ≤ 65 |

DA EXIGÊNCIA DO LAUDO PARA GARANTIR O CONFORTO DO CALÇADO
RESULTADO MINIMO ACEITAVEL CONFORTAVEL

| |
|---|
| MASSA DO CALÇADO - ABNT NBR 14835/13 |
| DISTRIBUIÇÃO DE PRESSÃO PLANTAR - ABNT NBR 14836/14 |
| TEMPERATURA INTERNA DO CALÇADO - ABNT NBR 14837/11 |
| ÍNDICE DE AMORTECIMENTO DO CALÇADO - ABNT NBR 14838/16 |
| ÍNDICE DE PRONAÇÃO DO CALÇADO - ABNT NBR 14839/15 |
| PERCEPÇÃO DE CALCE; MARCAS E LESÕES - ABNT NBR 14840/15 |
| CONFORTO DO CALÇADO - ABNT NBR 14834/15 |

EMBALAGEM

Embalado unitário em sacos plásticos e posteriormente em caixas colmeia com agrupamento máximo de 20 pares, devidamente etiquetadas com todas as informações necessárias para manuseio.

ANEXO II



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ESTIMATIVA DE CUSTO

| LOTE I | | | | | |
|--------|--|-------|------------|-------------------|-------------------|
| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNID. | QTD. TOTAL | VALOR UNIT. MÉDIO | VALOR TOTAL MÉDIO |
| 01 | <p>MOCHILA ESCOLAR COM CARRINHO TAMANHO PP, em Tecido rip stop maquetado com desenho de retângulo e dentro do retângulo um mini losango com composição 100% Poliéster, gramatura de 211g/m² (+/-5%), armação NORMA NBR 12546 Maquetado, com aplicação de hidro repelente AATCC 22 SPRAY TESTE, na cor Azul Marinho, TRAMA 300/96 NORMA NBR 13216, URDUME 300/96 NORMA NBR 13216, toda estruturada em material Policloreto de Vinila, sendo a mochila nas seguintes Medidas 34cm de Altura e 26cm de comprimento x 15 cm de profundidade. O tecido nylon 70, cor branco deve apresentar composição 20% Poliamida e 80% Policloreto de Vinila com gramatura de 300 g/m². Parte interna contendo duas divisórias. Fechamento com zíper em cadarço e espiral 100% poliéster, com 47 cm de comprimento, na cor marinho e dois cursores de cor niquelado número 6. Fundo da mochila consta um revestimento em PVC. Bolso frontal elevado: confeccionado em tecido nylon 70, cor branco de composição 20% Poliamida e 80% Policloreto de Vinila com gramatura de 300 g/m², sendo protegida por plástico cristal transparente, ele é todo estruturado em material Policloreto de Vinila, ambos na cor branca, com 19 cm de comprimento, 24 cm de altura e 5 cm de profundidade. Fechamento com zíper em cadarço e espiral 100% poliéster, com 32 cm de comprimento na cor branca e um cursor de cor niquelado número 6. Parte interna dele consta um bolso embutido com acabamento em viés. Fole superior esquerdo deverá conter um identificador do aluno em cristal transparente com abertura na parte superior medindo 9 cm largura e 7 cm altura. Foles inferiores esquerdo e direito deve conter um bolso em Tela Voley cor marinho com acabamento em viés. Carrinho escolar para transporte em alumínio com base plástica, ele é composto por duas rodas em silicone medindo 5 cm, distância entre eixos é de 20 cm uma da outra, e dois suportes frontal de 6 cm de altura cada para estabilizar o carrinho em pé, suas hastes medem 40 cm de altura recolhido e 72 cm de altura esticada, sendo que possui 4 regulagens de altura para melhor ajuste. Suporte de mão plástico na cor preta medindo 8 cm de largura e 4 cm de altura de vão livre para as mãos. As hastes de alumínio medindo 2 cm de largura por 1,5 cm de profundidade e 34 cm de altura. As hastes moveis alumínio medindo 35 cm de altura, 1,7 cm de largura por 1,3 cm de profundidade. Serigrafia: Logomarca deverá ser aplicada na peça, na face frontal do bolso da mochila. Tolerância de 1 cm nas medidas para mais ou menos. Conforme anexo I.</p> | Unid. | 16.142 | R\$ 123,95 | R\$ 2.000.800,90 |
| 02 | <p>MOCHILA ESCOLAR COM CARRINHO TAMANHO P, em Tecido rip stop maquetado com desenho de retângulo e dentro do retângulo um mini losango com composição 100% Poliéster, gramatura de 211g/m² (+/-5%), armação NORMA NBR 12546 Maquetado, com aplicação de hidro repelente AATCC 22 SPRAY TESTE, na cor Azul Marinho, TRAMA 300/96 NORMA NBR 13216, URDUME 300/96 NORMA NBR 13216, toda estruturada em material Policloreto de Vinila, sendo a mochila nas seguintes medidas medindo 39cm de Altura e 31cm de Largura profundidade proporcional. O tecido</p> | Unid. | 34.098 | R\$ 125,35 | R\$ 4.274.184,30 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| | | | | | |
|---------------------|---|-------|--------|-----------|-------------------------|
| | <p>nylon 70, cor branco deve apresentar composição 20% Poliamida e 80% Policloreto de Vinila com gramatura de 300 g/m². Parte interna contendo duas divisórias. Fechamento com zíper em cadarço e espiral 100% poliéster, com 61,5 cm de comprimento, na cor marinho e dois cursores de cor niquelado número 6. Fundo da mochila consta um revestimento em PVC. Bolso frontal elevado: confeccionado em tecido nylon 70, cor branco de composição 20% Poliamida e 80% Policloreto de Vinila com gramatura de 300 g/m², sendo protegida por plástico cristal transparente, ele é todo estruturado em material Policloreto de Vinila, ambos na cor branca, com 26 cm de comprimento, 30 cm de altura e 5 cm de profundidade. Fechamento com zíper em cadarço e espiral 100% poliéster, com 37 cm de comprimento na cor branca e um cursor de cor niquelado número 6. Parte interna dele consta um bolso embutido com acabamento em viés. Fole superior esquerdo deverá conter um identificador do aluno em cristal transparente com abertura na parte superior medindo 9 cm largura e 7 cm altura. Foles inferiores esquerdo e direito deve conter um bolso em Tela Voley cor marinho com acabamento em viés. Carrinho escolar para transporte em alumínio com base plástica, ele é composto por duas rodas em silicone medindo 5 cm, distância entre eixos é de 20 cm uma da outra, e dois suportes frontal de 6 cm de altura cada para estabilizar o carrinho em pé, suas hastes medem 40 cm de altura recolhido e 72 cm de altura esticada, sendo que possui 4 regulagens de altura para melhor ajuste. Suporte de mão plástico na cor preta medindo 8 cm de largura e 4 cm de altura de vão livre para as mãos. As hastes de alumínio medindo 2 cm de largura por 1,5 cm de profundidade e 39 cm de altura. As hastes moveis alumínio medindo 35 cm de altura, 1,7 cm de largura por 1,3 cm de profundidade. Serigrafia: Logomarca deverá ser aplicada na peça, na face frontal do bolso da mochila. Tolerância de 1 cm nas medidas para mais ou menos. Conforme anexo I.</p> | | | | |
| 03 | <p>ESTOJO, em Tecido rip stop maquetado com desenho de retângulo e dentro do retângulo um mini losango com composição 100% Poliéster, gramatura de 211g/m² (+/-5%), armação NORMA NBR 12546 Maquetado, com aplicação de hidro repelente AATCC 22 SPRAY TESTE, na cor Azul Marinho, TRAMA 300/96 NORMA NBR 13216, URDUME 300/96 NORMAL NBR 13216, toda estruturada em material Policloreto de Vinila. Com bolso frontal medindo 20 cm de comprimento por 7 cm de altura, com fechamento em zíper em cadarço e espiral 100% poliéster, com 24 cm de comprimento, na cor marinho e cursor de cor niquelado número 6. Sendo o estojo nas seguintes medidas 8 cm de altura x 20 cm de comprimento x 8 cm de profundidade. Reforços internos das costuras: com viés de tecido não tecido na cor preta, costurado com uma agulha reta e bom acabamento. Serigrafia: Logomarca deverá ser aplicada na peça, na face frontal do bolso. Conforme anexo I.</p> | Unid. | 50.241 | R\$ 18,84 | R\$ 946.540,44 |
| TOTAL LOTE I | | | | | R\$ 7.221.525,64 |

LOTE II



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNID. | QTD. TOTAL | VALOR UNIT. MÉDIO | VALOR TOTAL MÉDIO |
|------|--|-------|------------|-------------------|-------------------|
| 01 | MEIA DE ALGODÃO TIPO COLEGIAL; Características físicas da meia a) Calcanhar verdadeiro; b) Cor do corpo da meia: Branca; c) Cor biqueira e calcanhar: Branca; d) Desenho feito em jacquard, composto pela escrita “PREFEITURA BOA VISTA”, conforme imagem; e) PUNHO: jérsei (meia malha) com disposição de agulhas 1X1, onde uma tece e uma forma o canelado (aspecto = sanfona 1X1). RESISTÊNCIA AO ESTOURO: a) 10,0 kgf / cm ² mínimo; Composição, Gramatura, Alongamento e Encolhimento da Meia b) Gramatura: 195 gr/m ² ; c) Composição: 50% Algodão – 34% Poliamida – 15% Poliéster – 1,0% Elastodieno. d) Encolhimento/Alongamento Largura: - 12%, no máximo. e) Encolhimento/Alongamento Comprimento: - 12%, no máximo. Obs. Os resultados de encolhimento estão expressos por sinal + ou -, que significa (-) encolhimento – (+) alongamento. FECHAMENTO DA PONTA: A meia deve ser costurada em máquina remalhadeira. A costura da meia deve estar de acordo com a porção subjacente do corpo para vestir de modo que não há rugas indesejáveis ou espessuras no tecido causando pressão nos dedos ou no peito do pé. ACABAMENTO E QUALIDADE: As meias devem ser bem passadas de maneira que evidencie suas partes: biqueira, calcanhar e punho; a costura da meia deve estar de acordo com a porção subjacente do corpo para vestir de modo que não gere rugas indesejáveis ou espessuras maiores no tecido, pois pode causar pressão nos dedos ou no peito do pé. As meias devem estar isentas de qualquer defeito que comprometa sua apresentação e uso; as meias não devem apresentar torção, costura mal feita, pontas, dobras, franzidos, pontos falhados, rompidos ou soltos. Tamanhos: PP, P, M, G, GG, XGG e Adulto, conforme anexo I. | Par | 100.480 | R\$ 8,89 | R\$ 893.267,20 |
| 02 | TÊNIS PARA USO ESCOLAR, Tênis com Velcro, na cor azul com solado e borda branca, com costuras, identificação da numeração do calçado. Tamanhos: 20 a 29. | Par | 3.489 | R\$ 56,14 | R\$ 195.872,46 |
| 03 | TÊNIS PARA USO ESCOLAR, constituído de um cabedal de alta resistência, Confeccionado em lona azul marinho duvidada com sarja, acabamento em viés, ilhós com banho antioxidante, contraforte para armar o traseiro, forro do cabedal, palmilha de acabamento com amortecedor, solado em Policloreto de vinila pelo processo de injeção direta ao cabedal. CALÇADO TIPO TÊNIS acima, constituído de: Cabedal, Palmilha de acabamento e Solado. CABEDAL Parte superior do calçado composto de várias peças dispostas da seguinte forma: Gáspea, cano, forro traseiro, viés, contraforte interno, reforço dos ilhoses, ilhós, atacadores. Gáspea Constituída em Lona 100% algodão na cor azul (PANTONE 19-3920 tpx), ligamento panamá, gramatura 288 Gr/m ² , densidade do urdume 57 fios/pol., densidade da trama 30,5. fios/pol. Duvidada (unida) com forro, ligamento Sarja, gramatura 188 Gr/m ² , densidade do urdume 76 fios/pol., densidade da trama 38 fios/pol. Cano Constituído em Lona 100% algodão na cor azul (PANTONE 19-3920 tpx), ligamento panamá, gramatura 288 Gr/m ² , densida- | Par | 46.751 | R\$ 63,44 | R\$ 2.965.883,44 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| | | | | |
|--|--|--|--|--|
| <p>de do urdume 57 fios/pol., densidade da trama 30,5.fios/pol. Dublada (unida) com forro, ligamento Sarja, gramatura 188 Gr/m2, densidade do urdume 76 fios/pol., densidade da trama 38 fios/pol., com viés nas bordas para dar acabamento, e costuras com linha na cor do cabedal. Também deverá conter uma etiqueta com o brasão do município aplicado na lateral externa da peça. Forro Traseiro Confeccionado em forro tipo colmeia 100% poliéster gramatura mínima 90g/m² na cor preto, dublado com espuma poliuretano mínima de 3mm espessura. Gramatura mínima final de 120g/m². Viés Material utilizado no arremate das peças, ou seja, no acabamento proporcionando maior durabilidade e contribuindo no visual do calçado, peça elaborada em tecido 100% algodão na cor azul (PANTONE 19-3920 tpx), com 15% de goma com largura de 25 mm e 5 mm depois de dobrado e aplicado pelo método de costura. Reforço dos ilhoses Peça integrante do cabedal localizada logo abaixo do cano na região onde serão aplicados os ilhoses, motivado a estabelecer segurança no amarrar e assim contribuindo por maior durabilidade do calçado, constituído em Lona 100% algodão na azul (PANTONE 19-3920 tpx), ligamento panamá, gramatura 288 gr/m2, densidade do urdume 57 fios/pol., densidade da trama 30,5 fios/pol. Dublada (unida) com forro, ligamento sarja, gramatura 188 gr/m2, densidade do urdume 76 fios/pol., densidade da trama 38 fios/pol. Ilhós Peça metálica, constituído de alumínio na cor natural com banho antioxidante, com diâmetro externo da cabeça de 9,5mm, diâmetro interno de 4,5mm e altura de 6,2mm. Atacador Peça aplicada no cabedal através dos orifícios criados com a aplicação dos ilhoses, constituído de fios trançados 100% poliéster na cor branco com ponteiros de acabamento de acetato e formato chato, com tamanhos equivalentes e proporcionais à numeração. Palmilha Acabamento Peça aplicada na base superior da entressola após o mesmo ser injetado diretamente ao cabedal. Com finalidade de proporcionar ao usuário conforto e praticidade no momento da higienização este item é removível de modo a ser retirado a qualquer instante para que seja corretamente higienizado. Constituído a partir de uma placa de copolímero de etileno acetato de vinila com espessura de 3 mm, dureza 24/26, densidade 10/12, dublada com tecido na cor branco, gramatura 90 gr/m2. COMPONENTES DO SOLADO Parte inferior do calçado composto de vira lateral, e soleta. Visando maior durabilidade, conforto além de agredir menos o meio ambiente esta peça em junção com a parte superior (cabedal) do calçado, deverá ser isenta de qualquer tipo de adesivos salvo em condições na dublagem de tecidos. Vira lateral Parte superior do solado, motivada a unir-se ao cabedal pelo processo de injeção direta (ausência de adesivos), dando sustentabilidade segurança e proteção a parte lateral do pé, constituído em policloreto de vinila dureza máxima 65, abrasão menor que 250, na cor branco. Soleta Parte inferior do solado unida a sua parte superior (entressola) pelo processo denominado inserto onde também há a ausência de adesivos, principal parte em contato com o solo, sendo sua</p> | | | | |
|--|--|--|--|--|



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| | | | |
|---|--|--|--------------------------|
| <p>função de extrema importância na segurança do usuário. Deverá ter sulcos para escoação de água e assim melhores aderência ao solo. Constituído em policloreto de vinila dureza máxima 65, abrasão menor que 250, na cor branco. Nesta peça deverá conter de forma fixa permanente e visível resultante de único processo de injeção o número referente ao tamanho do calçado. Fôrma no intuito de se obter melhor resultado no produto final que tem como objeto tênis para a prática de esportes e passeio deverá ser utilizada forma de moldagem com design arrojado e moderno. Com perfil e planta ergonomicamente desenvolvida para proporcionar maior conforto ao caminhar e correr. Bico elevado entre 12 mm e 14 mm, para facilitar a locomoção e desempenho. Diminuindo o atrito e esforço do pé quando exigido neste movimento. Servindo também para aliviar o cansaço durante a articulação. Planta – Desenvolvida com eixo de bico anatômico (inclinação de 7 graus em relação ao eixo do salto) para proporcionar conforto na acomodação e liberdade de movimento aos pés. Montagem do Cabedal – Todas as peças acima citadas deverão ser unidas pelo processo denominado pesponto (costura). Através de máquinas de 1 e 2 agulhas entrelaçando e unindo-as com linha 100% poliamida, assim contribuindo com a excelência no resultado final da montagem do cabedal. Montagem do Calçado – Através do sistema string (costura das bordas sobre fio) que evita o uso de palmilhas de sustentação, aumentando o conforto e facilitando a sua higienização. Por se tratar de um produto em produção fabril exige-se que as dimensões dos calçados acompanhem a tabela exposta logo abaixo em escala francesa fator de conversão 0,66667. Este ato dará padrão no momento da produção e entrega do calçado. Tamanhos: 24 a 45, conforme anexo I.</p> | | | |
| TOTAL LOTE II | | | R\$ 4.055.023,10 |
| TOTAL GERAL DOS LOTES | | | R\$ 11.276.548,74 |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO III
RELAÇÃO DE ESCOLAS E ENDEREÇOS

| Nº | ESOLAS MUNICIPAIS | ENDEREÇO |
|-----------|--|---|
| 1. | Aldo Torreias do Nascimento | Rua Bolívia, S/Nº - Bairro Cauamé |
| 2. | Aquilino da Mota Duarte | Av. Getúlio Vargas nº 6241. Centro. |
| 3. | Arco – Iris | Rua Maçaranduba nº 53. Caçari. |
| 4. | Branca de Neve | Rua Carmelo, nº1400 - Pintolândia |
| 5. | Cantinho do Céu | Rua Cotingo, nº 48 – 13 de Setembro |
| 6. | Cantinho Feliz | Rua Macunaímanº 392 – 13 de Setembro |
| 7. | Casa Mãe Bela Vista | Rua dos Astros, 1885. Nova Cidade |
| 8. | Casa Mãe Brilho Estrelinha | Rua dos Trabalhadores, s/nº, Bairro: Conjunto Cidadão. |
| 9. | Casa Mãe Flor do Campo | Rua Santa Maria, s/ n. Centenário |
| 10. | Casa Mãe Lagoa Encantada | Rua Sta Maria, s/ n. Centenário |
| 11. | Casa Mãe Luz do Sol | Travessa dos Macuxis, 2715, Bairro: Equatorial |
| 12. | Casa Mãe Mundo Encantado | Travessa Universo, 1334, Bairro: Raiar do Sol. |
| 13. | Casa Mãe Nova Cidade | Rua Palmas, 868. Nova Cidade |
| 14. | Casa Mãe Nova Cidade I | Rua NC-3, 868. Nova Cidade |
| 15. | Casa Mãe Nova Cidade II | Rua NC-3, 868. Nova Cidade |
| 16. | Casa Mãe Pedacinho de Gente | Avenida Sol, s/nº, Bairro: Cidade Satélite |
| 17. | Casa Mãe Priscila Mirian Galvão Almeida. | Rua dos Astros, Bela nº 1885, Bela Vista |
| 18. | Casa Mãe Raiar do Sol | Rua Universo, 1334. Raiar do Sol |
| 19. | Casa Mãe Recanto do Amor | Rua Sta Maria, s/ n. Centenário |
| 20. | Casa Mãe Senador I | Rua N 17, s/ n. Bairro Senador Hélio Campos |
| 21. | Casa Mãe Senador II | Rua N 17, s/ n. Bairro Senador Hélio Campos |
| 22. | Casa Mãe Sinhá Laranjeira | Rua J- Cidade Satélite |
| 23. | Casa Mãe Tia Áurea | Rua Clarice de Melo Cabral, nº 356 Jardim Caranã |
| 24. | Casa Mãe Tia Dulce | Rua dos Trabalhadores – Conjunto Cidadão |
| 25. | Casa Mãe Tia Hérica | Rua dos Trabalhadores, nº Conjunto Cidadão |
| 26. | Casa Mãe Tia Lídia | Rua N-17, s/ n. Hélio Campos |
| 27. | Casa Mãe Tia Lourdes | Rua J – Cidade Satélite |
| 28. | Casa Mãe Tia Neide | Rua Travessa Macuxi. s/ n. Bairro Equatorial |
| 29. | Casa Mãe Tia Ray | Rua N 17, s/ n. Bairro Senador Hélio Campos |
| 30. | Casa Mãe Vovó Conceição | Av. Sol – Cidade Satélite |
| 31. | Casa Mãe Vovó Elenir | Avenida Nazaré Filgueiras, s/nº, Bairro: Pintolândia. |
| 32. | Casa Mãe Vovó Elza Mesquita | Rua Clarice de Melo Cabral – Jardim Caranã |
| 33. | Casa Mãe Vovó Francisca | Rua Z 6, s/n. Bairro Alvorada. |
| 34. | Casa Mãe Vovó Joana | Rua S-04, s/ n Pintolândia |
| 35. | Casa Mãe Vovó Joana Cidade | Av. Sol – Cidade Satélite |
| 36. | Casa Mãe Vovó Rosa | Rua Travessa Macuxi. s/ n. Bairro Equatorial |
| 37. | Casa Mãe Vovó Severina | Rua S 04, s/ n. Bairro Pintolândia |
| 38. | Casa Mãe Vovó Wanda | Avenida Nazaré Filgueiras, s/nº, Bairro: Pintolândia. |
| 39. | Casa Mãe Vozinha Ataíde | Rua Z-06, nº 2096. Alvorada. |
| 40. | Centenário de Boa Vista | Rua João Pereira Caldas, nº 460 – Aparecida |
| 41. | Centro Mun. Integrado de Educação Especial | Rua Paraíba, nº 444 – Bairro dos Estados |
| 42. | Criança Feliz | Av. Baraúna, 1474 - Bairro União |
| 43. | Cunhatã Curumim | Rua Prof Macedo nº 1625 – Buritis |
| 44. | Dalício Faria Filho | Rua Piraíba, nº 1584 – Santa Tereza II. Fone: 3627-5326 |
| 45. | Delacir de Melo Lima | Rua Santo Agostinho nº 175 - Centenário |
| 46. | Doutor Silvio Leite | Rua: C-28 com Valter Castelo Branco Silvio Leite |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| | | |
|-----|---|---|
| 47. | Estrelinha Mágica | Rua Expedito Francisco da Silva nº 910 – Dr Silvio Leite. |
| 48. | Francisco Cássio de Moraes | Rua 10, nº 900 – Bairro União. |
| 49. | Francisco de Souza Brígida | Rua das Extremosas, 312 – Pricumã. |
| 50. | Frei Artur Agostini | Rua Surumu, nº 1905 – São Vicente. |
| 51. | Hilda Franco de Souza | Rua Latitudinal nº 259 – Jardim Equatorial (Cruviana) |
| 52. | Índigena Clemente do Santos | Comunidade de Vista Nova |
| 53. | Índigena Dukuzyy Sebastião | Comunidade da Lago Grande |
| 54. | Índigena e do Campo Aureliano Soares da Silva | Região do Truarú – Vicinal I P.A Nova Amazônia (Zona Rural) |
| 55. | Índigena e do Campo Balduino Wottrich | Zona Rural – Monte Cristo Fone: |
| 56. | Índigena e do Campo José Davi Feitosa Neto | Região do Murupú – pólo I P.A Nova Amazônia (Zona Rural) |
| 57. | Índigena e do Campo Leila Maria da Silveira | Região do Murupú – Santa Fé (Zona Rural) |
| 58. | Índigena Francisca Gomes da Silva | Comunidade Serra do Truarú |
| 59. | Índigena Ignês Benedicto | Comunidade do Milho |
| 60. | Índigena KoKo Ermelinda Raposo da Silva | Comunidade Campo Alegre |
| 61. | Índigena Martins Pereira da Silva | Comunidade do Morcego |
| 62. | Índigena Tuxaua Albino de Moraes | Comunidade da Ilha |
| 63. | Índigena Vicente André da Silva | Comunidade Truaru da Cabeceira |
| 64. | Índigena Vovó Antônia Celestina da Silva | Comunidade Vista Alegre |
| 65. | Índigena Vovô Jandico da Silva | Comunidade de Serra da Moça |
| 66. | Índigena Vovó Tereza da Silva | Comunidade Darôra |
| 67. | Índigena Vovó Terezinha da Silva | Comunidade Bom Jesus |
| 68. | Ioládio Batista da Silva | Rua Antonio Ferreira de Souza nº 445 – São Bento |
| 69. | Isete Evangelista Albuquerque | Av Nossa Senhora de Nazaré nº 955 – Asa Branca |
| 70. | Jael da Silva Barradas | Rua Uruguainº 481 – Cauamé |
| 71. | Jânio da Silva Quadros | End.: Rua Maria Rodrigues dos Santos, nº 1570-Tancredo Neves |
| 72. | Jardim das Copaibas | Rua: Gov Aquilino da Mota, nº/s Distrito Industrial Fone: 3628 4989 |
| 73. | Jóquei Clube | CJ-06, s/nº Bairro Joquei Clube. Fone |
| 74. | José Arnóbio da Silva | Rua Pinto Martins, Nº 162, Aeroporto |
| 75. | Juslany De Souza Flores | Rua 08 nº 289 – Jardim Tropical |
| 76. | Laucides Inácio de Oliveira | Av A, s/nº, Bairro: Drº Airton Rocha. Fone: |
| 77. | Luiz Canará | Rua HC, nº 410 – Senador Hélio Campos Fone: |
| 78. | Maria de Fátima Faria Andrade | Rua Milãonº 173 – Centenário |
| 79. | Maria de Lourdes Dias de Abreu | Vila do Passarão (Zona Rural) |
| 80. | Maria Gonçalves Vieira | Rua Joca Farias, nº 1775 – Caranã |
| 81. | Maria Teresa Maciel da Silveira Melo | Rua Severino Caetano, nº 310 – Bairro Jardim Floresta |
| 82. | Martinha Thury Vieira | Rua Romênia, nº 146 – Cauamé |
| 83. | Menino Jesus | Rua Lindolfo Bernardo Coutinho nº 330 – Asa Branca |
| 84. | Menino Jesus de Praga | Rua Itajara nº 225 – Jóquei Clube |
| 85. | Newton Tavares | Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1277 - Bairro Caetano Filho |
| 86. | Nova Canaã | Rua Jericó, nº 405 Nova Canaã. |
| 87. | Palmira de Castro | Rua Monte Sinai, nº 403 – Bairro Aracelis |
| 88. | Pequeno Polegar | Av: General Sampaio nº 262 – 13 de Setembro |
| 89. | Pequeno Príncipe | Rua Joca Farias nº 1018 – Caranã |
| 90. | Pingo de Gente | Rua Belarmino Fernando Magalhães nº 1362 – Tancredo Neves |
| 91. | Profª Amazona de Oliveira Monteiro | Rua C-35, entre Z-4 e Z-5, nº 623 – Sílvio Leite |
| 92. | Profª Ana Sandra Nascimento Queiroz | Av. Sol, nº 623, Cidade Satélite |
| 93. | Profª Antônia Fernandes Cutrin | Rua Abraão Felix Lima, s/nº Bairro Jardim Tropical. |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| | | |
|------|--|--|
| 94. | Profª Carmen Eugênia Macaggi | Av: Nossa Senhora de Nazaré nº 3351 – Asa Branca |
| 95. | Profª Danúbia Carvalho de Oliveira | Rua Pavão, nº 103 Bairro Mecejana |
| 96. | Profª Edsonina de Barros Villa | Rua Amapá nº 872 Bairro dos Estados |
| 97. | Profª Glemíria Gonzaga Andrade | Av: Sol nº 395 - Cidade Satélite |
| 98. | Profª Ivany dos Santos Parente | Rua Monte Sinai, nº/s Raiar do Sol |
| 99. | Profª Maria Francisca da Silva Lemos | Rua Mestre Albano, s/nº, Bairro: Buritis. |
| 100. | Profª Maria Gertrudes Mota de Lima | Rua: Antônio Cutrin, nº 1299 – Santa Luzia |
| 101. | Profº Carlos Raimundo Rodrigues | Rua Horacio Mardel de Magalhães, nº 1265 Tancredo Neves. |
| 102. | Proinfância Antônio Airton de Oliveira Dias | Rua Maçaranduba, s/n Bairro Paraviana |
| 103. | Proinfância Emília Rios Peixoto | Rua José Lacerda, s/nº, Cidade Satélite |
| 104. | Proinfância Eunice Queiroz de Faria | Rua Josemar Batista de Souza, s/nº, Cidade Satélite |
| 105. | Proinfância Fátima Cândido | Rua das Galáxias, nº 1794, Cidade Satélite |
| 106. | Proinfância Maria do Perpétuo Socorro Freire Brandão | Rua CC24, s/nº, Bairro: Conjunto Cidadão. |
| 107. | Proinfância Odir Lucas da Silva | Rua Porto Velho com Curitiba, nº314, Nova Cidade |
| 108. | Proinfância Pedro Ferreira Monteiro | R. Maj. Ecildon Pinto, nº 1309 – Laura Moreia, |
| 109. | Proinfância Profª Lídia Coelho Tavares | Rua Bréscia com Turin, nº526, Centenário |
| 110. | Proinfância Profº James Macellaro Thomé | Rua PS02, s/nº, Bairro: Centenário. |
| 111. | Proinfância Valderleide Baraúna Brandão | Av Ataíde Teive, nº 788, Bairro: Equatorial |
| 112. | Proinfância Vila Jardim | Av. Jardim, Qd, Jatobá, s/nº, Bairro: Cidade Satélite. |
| 113. | Proinfância Waldinete de Carvalho Chaves | Rua Delman Veras, nº 342, Bairro: Drº Silvio Botelho. |
| 114. | Proinfância Profª Aurea de Holanda Lima | Travessa dos Macuxis, s/nº, Bairro: Conjunto Cruviana. |
| 115. | Raimundo Eloy Gomes | Av: Major Ecildon Pinto, nº 1000, Conj. Cidadão |
| 116. | Raio de Sol | Rua Curitiba, nº 446 Bairro Nova Cidade |
| 117. | Rujane Severiano dos Santos | Rua Euclides Gomes da Silva s/nº - Alvorada |
| 118. | Senador Darcy Ribeiro | Av. Santo Antonio, nº 1138 - Jardim Equatorial |
| 119. | Sonho Infantil | Rua Deco Fonteles nº 622 – Jardim Floresta |
| 120. | Tia Linda | Rua Vereador Valdemar Gomes, nº 722, Sílvio Botelho. |
| 121. | Valdemarina Normando Martins | Rua Macapá, Nº 740 – Nova Cidade. |
| 122. | Vovó Clara | Rua: Paraguai, nº 259 – Bom Futuro. |
| 123. | Vovô Dandãe | Av: Ataíde Teive nº 2445 – Liberdade |
| 124. | Vovó Eurides | Rua Luiz Reis Cristo, nº 1160 Jardim Tropical |
| 125. | Vovó Júlia | Rua Mário Homem de Melo nº 4665 – Caimbé |
| 126. | Zacarias Assunção Ribeiro Araújo | Rua: Rio Verde, nº 164/180, Bairro Bela Vista |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS- PMBV - SMEC N°
_____/2022

OBJETO: EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MOCHILAS ESCOLARES, ESTOJOS ESCOLARES, TÊNIS E MEIAS PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BOA VISTA-RR.

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário, _____, _____, _____, _____, portador da CI nº _____ e CIC nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nesta Capital, doravante denominada **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e a Empresa _____, estabelecida na (endereço), inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada **FORNECEDORA REGISTRADA**, neste ato representado pelo seu (cargo), Sr. (nome), (qualificação do(s) representante(s) da **FORNECEDORA REGISTRADA**, firmam o presente instrumento, tendo em vista o constante e decidido no **Processo Administrativo nº 022538/2021**, em consequência do **Pregão Eletrônico nº 036/2022**, para Registro de Preços, homologado em _____ por despacho exarado às fls. _____ do referido Processo, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Federal nº 7892/13 e Decreto Municipal nº 113-E, às quais as partes se sujeitam, inclusive para os casos omissos, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes:

EMPRESA(S):

| EMPRESA(S) REGISTRADA(S) | LOTES(S) | VALOR TOTAL DO(S) LOTE(S) |
|-----------------------------|----------|------------------------------|
| | 1 e 2 | |

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para a **EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MOCHILAS ESCOLARES, ESTOJOS ESCOLARES, TÊNIS E MEIAS PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BOA VISTA-RR**, de acordo com os quantitativos e especificações constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência, anexo I do Edital do **Pregão Eletrônico** supracitado, os quais integram a presente Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ÓRGÃO GERENCIADOR E DOS PARTICIPANTES

2.1 – A presente Ata será gerenciada pelo(a):

| |
|---|
| Órgão Gerenciador |
| Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SMEC |

2.2 – A especificação do objeto e quantitativos, a serem adquiridos pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** serão os constantes na proposta vencedora e no Termo de Referência, anexo I do Edital, cujos são integrantes desta Ata.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA – DO GERENCIAMENTO DA ATA/ DO FORNECIMENTO/ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

3.1 - O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Responsável designado pela CONTRATANTE, competindo-lhe:

3.1.1 - Efetuar o controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos e das especificações do objeto registrado;

3.1.2 - Observar, durante a vigência da presente Ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive, solicitar novas certidões ou documentos vencidos;

3.1.3 - Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

3.1.4 - Consultar o fornecedor registrado quanto ao interesse em realizar o fornecimento a outro órgão da Administração Pública que se interesse em aderir a presente Ata;

3.1.5 - Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

3.2 - A **FORNECEDORA REGISTRADA** é responsável, única e exclusivamente, pela execução do objeto desta Ata, não podendo em nenhuma hipótese, alegar desconhecimento de quaisquer das normas e recomendações do **ÓRGÃO GERENCIADOR** para justificar eventuais falhas nessa execução.

3.3 - A **FORNECEDORA REGISTRADA** obriga-se a fornecer o material e/ou prestar o serviço objeto desta Ata, em conformidade com o Termo de Referência, anexo I do Edital.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS E DA REVISÃO

4.1 – O valor total do presente Registro de Preços é de R\$ _____ e o preço acertado é o constante na proposta da **FORNECEDORA REGISTRADA**, aceito na licitação acima referida, devidamente rubricada pelos representantes das partes envolvidas, proibido o reajuste nos termos da legislação em vigor.

4.1.1 - É vedado efetuar acréscimo dos quantitativos fixados pela ARP inclusive o acréscimo no que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, conforme disposto no § 1º, do art. 11, do Decreto Federal nº 7.892/2013 e no §3º, do art. 25, do Decreto Municipal nº 113/E.

4.2 – Quanto a revisão e alteração dos preços registrados deverá ser obedecido o que segue:

4.2.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** da Ata negociar junto aos **FORNECEDORES**.

4.2.2 – Toda vez que for constatado, através de pesquisa de preços realizada pela Administração ou impugnação de terceiros, que os valores registrados na Ata de Registro de Preços **estão divergentes daqueles praticados no mercado**, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** deverá:

a) Convocar a **FORNECEDORA REGISTRADA**, por meio de correspondência oficial, visando à negociação para adequação dos preços ao praticado no mercado.

a.1) O comparecimento da **FORNECEDORA REGISTRADA** deverá ser no prazo máximo de 5(cinco) dias, a contar do recebimento da notificação;

b) Frustrada a negociação, a **FORNECEDORA REGISTRADA** será liberada do compromisso assumido;

c) Convocar os demais **FORNECEDORES**, visando igual oportunidade de negociação;

d) Promover ajustes dos preços registrados na hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos casos previstos no art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93, mediante comprovação oficial, fundamentada e aceita pela Administração, baseada na planilha de composição de custos apresentada no ato da reformulação da proposta ao último lance verbal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

4.2.3 – Quando o preço de mercado tornar-se **superior aos preços registrados, e a FORNECEDORA**, mediante requerimento devidamente comprovado, **não puder cumprir** o compromisso, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá:

- a) Liberar o **FORNECEDOR** do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;
- b) Convocar os demais **FORNECEDORES**, visando igual oportunidade de negociação, não havendo êxito nas negociações, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá revogar a Ata de Registro de Preços.

4.2.4 – A cada pedido de revisão de preço deverá a **FORNECEDORA REGISTRADA** comprovar a variação ocorrente.

4.2.5 – A critério do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, poderá ser exigida da **FORNECEDORA REGISTRADA** a lista de preços expedida pelos fabricantes, que conterà, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração sequencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

4.2.6 – Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou não da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 15 (quinze) dias.

4.2.7 – O percentual diferencial entre os preços de mercado vigente à época do julgamento do pregão, devidamente apurado, e os propostos pela **FORNECEDORA REGISTRADA** será mantido durante toda a vigência do registro.

4.2.7.1 – O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

4.2.8 – É vedado à **FORNECEDORA REGISTRADA** interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas no Termo de Referência, anexo I do edital.

4.2.9 – a revisão levará em consideração preponderantemente as normas legais, que são soberanas à previsão desta cláusula.

4.2.10 – Na hipótese da **FORNECEDORA REGISTRADA** não efetuar a adequação dos preços de mercado, o **ÓRGÃO GERENCIADOR**, a seu critério poderá cancelar parcialmente ou totalmente a ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 – A presente Ata de Registro de preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a partir de sua assinatura, nos termos do § 3º, III, do art. 15 da Lei nº 8.666/93 e, ainda, do caput do art. 12 do Decreto Federal nº 7892/2013 e caput, do art. 25 do Decreto Municipal nº 113/E.

5.2 - A ata estará vigente até que se tenha consumido todo o quantitativo registrado ou até o termo final do prazo de sua validade, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

5.3 – A existência de preços registrados não obriga o **ÓRGÃO GERENCIADOR** a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO/CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada sem prejuízo da apreciação das penalidades previstas na Lei nº 8.666/93, nos casos de:

- a) Inadimplemento, irregularidade ou lentidão no cumprimento das obrigações assumidas;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

b) Ocorrência de declaração de falência ou instrução de insolvência civil promitente.

6.2 Em qualquer dos casos, aplica-se o disposto no art. 55, inciso IX, da Lei nº 8.666/93 no tocante ao reconhecimento dos direitos da Administração.

6.3 – A **FORNECEDORA** terá seu registro cancelado quando:

a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) Não assinar o Contrato, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aqueles praticados no mercado;

d) Tiver presentes razões de interesse público.

6.4 – A **FORNECEDORA** poderá solicitar o cancelamento do seu Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

6.5 – O cancelamento de registro nas hipóteses previstas acima, assegurados e contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Ordenador de Despesas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PARTICIPAÇÃO DE ENTIDADES EXTRAORDINÁRIAS (CARONAS)

7.1 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de registro de Preços, deverão manifestar, seu interesse junto ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;

7.2 - Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência poderá ser utilizada por órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, mediante anuência do órgão gerenciador, conforme disposto no art. 22, do Decreto Federal nº 7892/2013 e art. 10 do Decreto Municipal nº 113/E.

7.2.1 - O Termo de Adesão do órgão carona deve ser dirigido ao órgão gerenciador, com indicação de seu interesse e da quantidade estimada para conhecimento daquele órgão.

7.2.2 - Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante ou carona deverá efetivar a aquisição total ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

7.2.3 - A responsabilidade do órgão não participante ou carona é restrito às informações que esse produzir, não respondendo pelas eventuais irregularidades do procedimento da licitação.

7.2.4 - O órgão gerenciador não responde pelos atos do órgão não participante ou carona.

7.2.5 - Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando ao órgão gerenciador.

7.3 – Caberá à **FORNECEDORA** beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

7.4 - O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ARP** para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos participantes que aderirem, consoante disposto no § 7º, do art. 10 do Decreto Municipal nº 113/E.

7.5 – As aquisições ou contratações adicionais mencionadas não poderão exceder, por órgãos ou entidade, a **cem por cento** dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços, em atenção ao § 8º, do art. 10 do Decreto Municipal nº 113/E.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

7.6 - Órgãos municipais não participantes em Atas do próprio município ou de órgãos estaduais e federais da Administração Pública, quando forem aderir a ARP deverão instruir o processo conforme as regras estabelecidas no art. 11, alíneas “a” a “h”, do Decreto Municipal nº 113/E.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

8.1 – O **ÓRGÃO GERENCIADOR** publicará na imprensa oficial o extrato da Ata de Registro de Preços, com indicação do número da licitação, do objeto, de forma sucinta, e do endereço do portal eletrônico da Internet onde poderão ser obtidas as informações detalhadas de todos os elementos da ata, nos termos do art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, bem como do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

8.2 - Nos casos em que houver a necessidade de publicação no Diário Oficial da União – DOU, o referido extrato deverá ser encaminhado à CPL, consoante §1º, do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

8.3 - Independentemente do valor homologado na licitação, com a publicação do extrato da ata nos termos estabelecidos neste artigo, é necessária a publicação da mesma em jornal de grande circulação, consoante §2º, do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES GERAIS

9.1 – As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e da **FORNECEDORA REGISTRADA**, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo I do edital.

9.2 – A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto nº 7.892/ 2013 e consoante §5º, do art. 22 do Decreto Municipal nº 113/E.

9.3 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.4 – Os contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

9.5 - A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições, conforme dispõe o art. 23, do Decreto Municipal nº 113/E.

9.6– O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1 – O Foro da Cidade de Boa Vista/RR fica designado para tratar de quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inadmitindo-se qualquer outro.

E assim, por estarem justos e acordados, firmam-se a presente Ata, perante duas testemunhas que também assinam.

Boa Vista – RR, ____ de _____ de 2022.

ÓRGÃO GERENCIADOR:

PELA FORNECEDORA REGISTRADA:

TESTEMUNHAS:

1. CIC:

2. CIC:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BOA VISTA-
RR, E A EMPRESA PARA OS
FINS QUE ESPECIFICA.**

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA – RR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.G.C./MF sob o nº 05.943.030/0001 – 55, com sede no Palácio 9 de Julho, situada na rua General Penha Brasil nº 1011, nesta cidade, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Secretário, _____, _____, _____, _____, portador da CI nº _____ e CIC nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nesta Capital, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa _____, estabelecida na (endereço), inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo seu (cargo), Sr. (nome), (qualificação do(s) representante(s) da **CONTRATADA**), firmam o presente instrumento, tendo em vista o constante e decidido no **Processo Administrativo nº 022538/2021**, doravante referido por Processo, em consequência do **Pregão Eletrônico nº 036/2022**, homologado em por despacho exarado às fls. do Processo, nos termos da Lei nº 8.666/93, à qual as partes se sujeitam, inclusive para os casos omissos, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1-Constitui objeto do presente contrato CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MOCHILAS ESCOLARES, ESTOJOS ESCOLARES, TÊNIS E MEIAS PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BOA VISTA-RR, conforme especificado neste instrumento, de acordo com os quantitativos e especificações constantes na proposta vencedora e Termo de Referência, correspondentes aos lotes **1 e 2**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO

2.1 – Integram este instrumento, como se nele estivessem transcritos, obedecidos os termos da legislação sobre contratos públicos, os seguintes documentos:

- o edital pertinente ao **Pregão Eletrônico nº 036/ 2022** e o anexo I (Termo de Referência);
- proposta da **CONTRATADA**;
- ata da sessão da licitação e ata de registro de preços;
- demaís documentos anexados ao Processo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA E PRAZO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1 – A **CONTRATADA** é responsável, única e exclusivamente, pela execução do objeto deste Contrato, não podendo em nenhuma hipótese, alegar desconhecimento de quaisquer das normas e recomendações do **CONTRATANTE** para justificar eventuais falhas nessa execução.

3.2 Cumprir fielmente as condições de entrega, recebimentos e prazos constantes no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇOS, CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E REAJUSTES



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

4.1 - O valor total do presente contrato é de R\$ _____ (_____), e o preço é o constante da proposta da **CONTRATADA**, aceito na licitação acima referida, devidamente rubricada pelos representantes das partes contratantes, proibido o reajuste nos termos da legislação em vigor.

4.2 - O pagamento será efetuado pela Secretaria Municipal de Economia, Planejamento e Finanças – SEPF, até 30º (trigésimo) dia do mês subsequente à efetiva entrega dos materiais, mediante apresentação da documentação da empresa (Nota Fiscal/Fatura), em vias devidamente atestadas, após a análise e manifestação da Controladoria Geral do Município – CGM.

4.2.1 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei Federal nº 8.666/93.

4.3 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos documentos pertinentes à contratação ou circunstância que impeça a liquidação da despesa como, por exemplo, obrigação financeira pendente por parte da Contratada, decorrente de inadimplência ou penalidade imposta, o pagamento ficará sobrestado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras.

4.3.1 - Nas hipóteses previstas no item 4.3., o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação por parte da Contratada, não acarretando ônus à Contratante.

4.4 - Quaisquer valores devidos pela **CONTRATANTE**, não pagos nas datas de seus respectivos vencimentos, por sua culpa, serão atualizados financeiramente desde a data devida até a data do efetivo pagamento, tendo como base o artigo 406 do Código Civil, *pro rata tempore*, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = [(Taxa SELIC/30) x N] x VP, onde:

EM = Encargos Moratórios;

Taxa SELIC = Sistema Especial de Liquidação e Custódia;

30 = número de dias do mês civil;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

DOS REAJUSTES:

4.5 - Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da assinatura do contrato.

4.6 - Dentro da vigência contratual e mediante solicitação da Contratada, os preços poderão ser reajustados, após um ano da publicação do contrato, aplicando-se o Índice de Pesquisa Ampla ao Consumidor - IPCA, pela sua variação acumulada nos último 12 (doze) meses, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.7 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.8 - No caso de o índice estabelecido para o reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.9 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.10 - O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA QUINTA – DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

5.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **12 (doze) meses**, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto, tendo em vista que os objetos licitados, pela própria natureza, demandam garantia específica.

5.2. Caso o prazo da garantia oferecido pelo fabricante seja inferior ao estabelecido no item 5.1., o licitante deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

5.3 - Ao disposto neste Contrato aplicam-se também, no que couber, as disposições do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8078/90.

CLÁUSULA SEXTA – VIGÊNCIA

6.1 - A vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, a partir da assinatura do instrumento contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1 – Além das obrigações resultantes das Leis nº 8.666/93 e 10.520/2002, Decreto Federal 10.024/2019, aqui não transcritas, compete:

I – Ao CONTRATANTE:

1-As obrigações do **CONTRATANTE** são os constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação.

II – À CONTRATADA:

1-As obrigações da **CONTRATADA** são os constantes do Termo de Referência, Anexo I do edital da licitação.

CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 – As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta da **Unidade Orçamentária: Funcional Programática: Categoria Econômica: Fontes de Recursos:** Próprio tendo sido emitida a **Nota de Empenho** nº ____, de __/__/2022, no valor de R\$ _____ (____).

CLÁUSULA NONA – SANÇÕES E PENALIDADES

9.1 - O descumprimento pela **CONTRATADA** de quaisquer das cláusulas e/ou condições estabelecidas neste instrumento, ocasionando a inexecução total ou parcial do acordado, ensejará, garantida a prévia defesa, a rescisão do contrato, na forma prescrita nos artigos 79 e 80 da Lei 8.666/93, e/ou a aplicação pelo **CONTRATANTE**, das sanções constantes nos artigos 86 e 87, do mesmo diploma legal, conforme estabelecido no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES

10.1 – A fiscalização da entrega do objeto contratado será exercida por representantes do **CONTRATANTE**, neste ato denominado FISCALIS, nos termos dispostos no art. 67 c/c art. 70, ambos da Lei 8.666/93.

10.2 - Este contrato poderá ser alterado, mediante Termo Aditivo e com as devidas justificativas nos casos previstos no art. 65 da Lei 8666/93.

10.3 - A **CONTRATADA** obriga-se a aceitar, nas mesmas condições contratuais e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo de fornecimento, no montante de até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial do contrato, conforme disposto no art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

10.4 - Em casos de convênio, a Contratada deverá permitir o livre acesso de servidores do **CONCEDENTE**, e dos Órgãos de Controle Internos e Externos, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este convênio, bem como aos locais de execução do objeto do presente Contrato

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1 - A rescisão contratual ocorrerá imediata e independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial quando ocorrer as situações previstas nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93, na forma prescrita nos artigos 79 e 80 do mencionado Diploma Legal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1 - O CONTRATANTE providenciará a publicação deste contrato, por extrato, no Diário Oficial do Município de Boa Vista (DOM), nos termos do art. 61, Parágrafo Único da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 - O Foro da Cidade de Boa Vista/RR fica designado para tratar de quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inadmitindo-se qualquer outro.

E assim, por estarem justos e contratados, firma-se o presente em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas que também assinam.

Boa Vista - RR, ____ de _____ de 2022.

CONTRATANTE:

PELA CONTRATADA:

TESTEMUNHAS:

1. CIC:

2. CIC:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO IV – INFORMAÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

1 – DADOS DA EMPRESA

RAZÃO SOCIAL:

NOME FANTASIA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

BAIRRO:

CIDADE:

EST.:

CEP:

TEL (XX)

FAX (XX)

E-MAIL:

NOME P/CONTATO:

2 - ASSINATURA DO CONTRATO

NOME:

QUALIFICAÇÃO: (nacionalidade, naturalidade, profissão, estado civil, endereço residencial, nº do documento de identidade, nº do CPF)

Na qualidade de: (Representante legal ou procurador)

OBSERVAÇÕES:

1 - Tratando-se de representante legal será observado o ESTATUTO SOCIAL, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, constante dos documentos de habilitação já existentes no processo;

2 - Tratando-se de procurador, o instrumento de PROCURAÇÃO pública ou particular com firma reconhecida do qual constem poderes para praticar todos os atos pertinentes para formalização do contrato, acompanhado do correspondente documento que comprove os poderes do mandante para a outorga, se o mesmo não estiver constando do processo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO V – MODELOS DE DECLARAÇÕES

A empresa XXXXXXXXXX inscrita no CNPJ F sob o XXXXXXXX por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXXXX, DECLARA, para fins do disposto que:

- a) Tem total conhecimento e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos.
- b) Cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- c) Inexiste de fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- d) Não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição Federal;
- e) a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.
- f) não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- g) os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- h) os sócios da proponente não são servidores ou dirigentes do Município de Boa Vista – RR, ou responsável pela licitação;

Boa Vista, XXX de XXXX de 2022.

Assinatura do representante

Nome por extenso

A falsidade das declarações sujeitará o licitante à sanções previstas no artigo 49, caput, do Decreto nº 10.024/19.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO VI – MODELO DE PLANILHA / PROPOSTA DE PREÇO

PROCESSO N.º 022538/2021-SMEC
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 036/ 2022 - REGISTRO DE PREÇO

OBJETO: EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MOCHILAS ESCOLARES, ESTOJOS ESCOLARES, TÊNIS E MEIAS PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE BOA VISTA-RR.

| LOTE I | | | | | | |
|--------|-------|--|-------|------------|-------------------|-------------------|
| ITEM | MARCA | ESPECIFICAÇÃO | UNID. | QTD. TOTAL | VALOR UNIT. MÉDIO | VALOR TOTAL MÉDIO |
| 01 | | <p>MOCHILA ESCOLAR COM CARRINHO TAMANHO PP, em Tecido rip stop maquinado com desenho de retângulo e dentro do retângulo um mini losango com composição 100% Poliéster, gramatura de 211g/m² (+/-5%), armação NORMA NBR 12546 Maquinado, com aplicação de hidro repelente AATCC 22 SPRAY TESTE, na cor Azul Marinho, TRAMA 300/96 NORMA NBR 13216, URDUME 300/96 NORMA NBR 13216, toda estruturada em material Policloreto de Vinila, sendo a mochila nas seguintes Medidas 34cm de Altura e 26cm de comprimento x 15 cm de profundidade. O tecido nylon 70, cor branco deve apresentar composição 20% Poliamida e 80% Policloreto de Vinila com gramatura de 300 g/m². Parte interna contendo duas divisórias. Fechamento com zíper em cadarço e espiral 100% poliéster, com 47 cm de comprimento, na cor marinho e dois cursores de cor niquelado número 6. Fundo da mochila consta um revestimento em PVC. Bolso frontal elevado: confeccionado em tecido nylon 70, cor branco de composição 20% Poliamida e 80% Policloreto de Vinila com gramatura de 300 g/m², sendo protegida por plástico cristal transparente, ele é todo estruturado em material Policloreto de Vinila, ambos na cor branca, com 19 cm de comprimento, 24 cm de altura e 5 cm de profundidade. Fechamento com zíper em cadarço e espiral 100% poliéster, com 32 cm de comprimento na cor branca e um cursor de cor niquelado número 6. Parte interna dele consta um bolso embutido com acabamento em viés. Fole superior esquerdo deverá conter um identificador do aluno em cristal transparente com abertura na parte superior medindo 9 cm largura e 7 cm altura. Foles inferiores esquerdo e direito deve conter um bolso em Tela Voley cor marinho com acabamento em viés. Carrinho escolar para transporte em alumínio com base plástica, ele é composto por duas rodas em silicone medindo 5 cm, distância entre eixos é de 20 cm uma da outra, e dois suportes frontal de 6 cm de altura cada para estabilizar o carrinho em pé, suas hastes medem 40 cm de altura recolhido e 72 cm de altura esticada, sendo que possui 4 regulagens de altura para melhor ajuste. Suporte de mão plástico na cor preta medindo 8 cm de largura e 4 cm de altura de vão livre para as mãos. As hastes de alumínio medindo 2 cm de largura por 1,5 cm de profundidade e 34 cm de altura. As hastes moveis alumínio medindo 35 cm de altura, 1,7 cm de largura por 1,3 cm de profundidade. Serigrafia: Logomarca deverá ser aplicada na peça, na face frontal do bolso da mochila. Tolerância de 1 cm nas medidas para mais ou menos. Conforme anexo I.</p> | Unid. | 16.142 | | |
| 02 | | <p>MOCHILA ESCOLAR COM CARRINHO TAMANHO P, em Tecido rip stop maquinado com desenho de retângulo e dentro do retângulo um mini losango com composição 100% Poliéster, gramatura de 211g/m² (+/-5%), armação NORMA NBR 12546 Maqui-</p> | Unid. | 34.098 | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| | | | | | |
|---------------------|---|-------|--------|--|------------|
| | <p>netado, com aplicação de hidro repelente AATCC 22 SPRAY TESTE, na cor Azul Marinho, TRAMA 300/96 NORMA NBR 13216, URDUME 300/96 NORMA NBR 13216, toda estruturada em material Policloreto de Vinila, sendo a mochila nas seguintes medidas medindo 39cm de Altura e 31cm de Largura profundidade proporcional. O tecido nylon 70, cor branco deve apresentar composição 20% Poliamida e 80% Policloreto de Vinila com gramatura de 300 g/m². Parte interna contendo duas divisórias. Fechamento com zíper em cadarço e espiral 100% poliéster, com 61,5 cm de comprimento, na cor marinho e dois cursores de cor niquelado número 6. Fundo da mochila consta um revestimento em PVC. Bolso frontal elevado: confeccionado em tecido nylon 70, cor branco de composição 20% Poliamida e 80% Policloreto de Vinila com gramatura de 300 g/m², sendo protegida por plástico cristal transparente, ele é todo estruturado em material Policloreto de Vinila, ambos na cor branca, com 26 cm de comprimento, 30 cm de altura e 5 cm de profundidade. Fechamento com zíper em cadarço e espiral 100% poliéster, com 37 cm de comprimento na cor branca e um cursor de cor niquelado número 6. Parte interna dele consta um bolso embutido com acabamento em viés. Fole superior esquerdo deverá conter um identificador do aluno em cristal transparente com abertura na parte superior medindo 9 cm largura e 7 cm altura. Foles inferiores esquerdo e direito deve conter um bolso em Tela Voley cor marinho com acabamento em viés. Carrinho escolar para transporte em alumínio com base plástica, ele é composto por duas rodas em silicone medindo 5 cm, distância entre eixos é de 20 cm uma da outra, e dois suportes frontal de 6 cm de altura cada para estabilizar o carrinho em pé, suas hastes medem 40 cm de altura recolhido e 72 cm de altura esticada, sendo que possui 4 regulagens de altura para melhor ajuste. Suporte de mão plástico na cor preta medindo 8 cm de largura e 4 cm de altura de vão livre para as mãos. As hastes de alumínio medindo 2 cm de largura por 1,5 cm de profundidade e 39 cm de altura. As hastes moveis alumínio medindo 35 cm de altura, 1,7 cm de largura por 1,3 cm de profundidade. Serigrafia: Logomarca deverá ser aplicada na peça, na face frontal do bolso da mochila. Tolerância de 1 cm nas medidas para mais ou menos. Conforme anexo I.</p> | | | | |
| 03 | <p>ESTOJO, em Tecido rip stop maquinado com desenho de retângulo e dentro do retângulo um mini losango com composição 100% Poliéster, gramatura de 211g/m² (+/-5%), armação NORMA NBR 12546 Maquinado, com aplicação de hidro repelente AATCC 22 SPRAY TESTE, na cor Azul Marinho, TRAMA 300/96 NORMA NBR 13216, URDUME 300/96 NORMAL NBR 13216, toda estruturada em material Policloreto de Vinila. Com bolso frontal medindo 20 cm de comprimento por 7 cm de altura, com fechamento em zíper em cadarço e espiral 100% poliéster, com 24 cm de comprimento, na cor marinho e cursor de cor niquelado número 6. Sendo o estojo nas seguintes medidas 8 cm de altura x 20 cm de comprimento x 8 cm de profundidade. Reforços internos das costuras: com viés de tecido não tecido na cor preta, costurado com uma agulha reta e bom acabamento. Serigrafia: Logomarca deverá ser aplicada na peça, na face frontal do bolso. Conforme anexo I.</p> | Unid. | 50.241 | | |
| TOTAL LOTE I | | | | | R\$ |

LOTE II



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| ITEM | MARCA | ESPECIFICAÇÃO | UNID. | QTD. TOTAL | VALOR UNIT. MÉDIO | VALOR TOTAL MÉDIO |
|------|-------|--|-------|------------|-------------------|-------------------|
| 01 | | MEIA DE ALGODÃO TIPO COLEGIAL; Características físicas da meia a) Calcanhar verdadeiro; b) Cor do corpo da meia: Branca; c) Cor biqueira e calcanhar: Branca; d) Desenho feito em jacquard, composto pela escrita “PREFEITURA BOA VISTA”, conforme imagem; e) PU-NHO: jérsei (meia malha) com disposição de agulhas 1X1, onde uma tece e uma forma o canelado (aspecto = sanfona 1X1). RESISTÊNCIA AO ESTOURO: a) 10,0 kgf / cm ² mínimo; Composição, Gramatura, Alongamento e Encolhimento da Meia b) Gramatura: 195 gr/m ² ; c) Composição: 50% Algodão – 34% Poliamida – 15% Poliéster – 1,0% Elastodieno. d) Encolhimento/Alongamento Largura: - 12%, no máximo. e) Encolhimento/Alongamento Comprimento: - 12%, no máximo. Obs. Os resultados de encolhimento estão expressos por sinal + ou -, que significa (-) encolhimento – (+) alongamento. FECHAMENTO DA PONTA: A meia deve ser costurada em máquina remalhadeira. A costura da meia deve estar de acordo com a porção subjacente do corpo para vestir de modo que não há rugas indesejáveis ou espessuras no tecido causando pressão nos dedos ou no peito do pé. ACABAMENTO E QUALIDADE: As meias devem ser bem passadas de maneira que evidencie suas partes: biqueira, calcanhar e punho; a costura da meia deve estar de acordo com a porção subjacente do corpo para vestir de modo que não gere rugas indesejáveis ou espessuras maiores no tecido, pois pode causar pressão nos dedos ou no peito do pé. As meias devem estar isentas de qualquer defeito que comprometa sua apresentação e uso; as meias não devem apresentar torção, costura mal feita, pontas, dobras, franzidos, pontos falhados, rompidos ou soltos. Tamanhos: PP, P, M, G, GG, XGG e Adulto, conforme anexo I. | Par | 100.480 | | |
| 02 | | TÊNIS PARA USO ESCOLAR, Tênis com Velcro, na cor azul com solado e borda branca, com costuras, identificação da numeração do calçado. Tamanhos: 20 a 29. | Par | 3.489 | | |
| 03 | | TÊNIS PARA USO ESCOLAR, constituído de um cabedal de alta resistência, Confeccionado em lona azul marinho duplada com sarja, acabamento em viés, ilhós com banho antioxidante, contraforte para armar o traseiro, forro do cabedal, palmilha de acabamento com amortecedor, solado em Policloreto de vinila pelo processo de injeção direta ao cabedal. CALÇADO TIPO TÊNIS acima, constituído de: Cabedal, Palmilha de acabamento e Solado. CABEDAL Parte superior do calçado composto de várias peças dispostas da seguinte forma: Gáspea, cano, forro traseiro, viés, contraforte interno, reforço dos ilhoses, ilhós, atacadores. Gáspea Constituída em Lona 100% algodão na cor azul (PANTONE 19-3920 tpx), ligamento panamá, gramatura 288 Gr/m ² , densidade do urdume 57 fios/pol., densidade da trama 30,5. fios/pol. Duplada (unida) com forro, ligamento Sarja, gramatura 188 Gr/m ² , densidade do urdume 76 fios/pol., densidade da trama 38 fios/pol. Cano Constituído em Lona 100% algodão na cor azul (PANTONE 19-3920 tpx), ligamento panamá, gramatura 288 Gr/m ² , densidade do urdume 57 fios/pol., densidade da trama 30,5.fios/pol. Duplada (unida) com forro, ligamento Sarja, gramatura 188 Gr/m ² , densidade do urdume 76 fios/pol., densidade da trama 38 fios/pol., com viés nas bordas para dar acabamento, e costuras com linha na cor do cabedal. Também deverá conter uma etiqueta com o brasão do município aplicado na lateral externa da peça. Forro Traseiro Confeccionado em forro tipo colmeia 100% poliéster gramatura mínima 90g/m ² na cor preto, duplado com espuma poliuretano mínima de 3mm espessura. Gramatura mínima final de 120g/m ² . Viés Material utilizado no arremate das peças, ou seja, no acabamento proporcionando maior durabilidade e contribuindo no visual do calçado, | Par | 46.751 | | |



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| | | | | | |
|--|---|--|--|--|--|
| | <p>peça elaborada em tecido 100% algodão na cor azul (PANTONE 19-3920 tpx), com 15% de goma com largura de 25 mm e 5 mm depois de dobrado e aplicado pelo método de costura. Reforço dos ilhoses Peça integrante do cabedal localizada logo abaixo do cano na região onde serão aplicados os ilhoses, motivado a estabelecer segurança no amarre e assim contribuindo por maior durabilidade do calçado, constituído em Lona 100% algodão na azul (PANTONE 19-3920 tpx), ligamento panamá, gramatura 288 gr/m2, densidade do urdume 57 fios/pol., densidade da trama 30,5 fios/pol. Dublada (unida) com forro, ligamento sarja, gramatura 188 gr/m2, densidade do urdume 76 fios/pol., densidade da trama 38 fios/pol. Ilhós Peça metálica, constituído de alumínio na cor natural com banho antioxidante, com diâmetro externo da cabeça de 9,5mm, diâmetro interno de 4,5mm e altura de 6,2mm. Atacador Peça aplicada no cabedal através dos orifícios criados com a aplicação dos ilhoses, constituído de fios trançados 100% poliéster na cor branco com ponteiros de acabamento de acetato e formato chato, com tamanhos equivalentes e proporcionais à numeração. Palmilha Acabamento Peça aplicada na base superior da entressola após o mesmo ser injetado diretamente ao cabedal. Com finalidade de proporcionar ao usuário conforto e praticidade no momento da higienização este item é removível de modo a ser retirado a qualquer instante para que seja corretamente higienizado. Constituído a partir de uma placa de copolímero de etileno acetato de vinila com espessura de 3 mm, dureza 24/26, densidade 10/12, dublada com tecido na cor branco, gramatura 90 gr/m2. COMPONENTES DO SOLADO Parte inferior do calçado composto de vira lateral, e soleta. Visando maior durabilidade, conforto além de agredir menos o meio ambiente esta peça em junção com a parte superior (cabedal) do calçado, deverá ser isenta de qualquer tipo de adesivos salvo em condições na dublagem de tecidos. Vira lateral Parte superior do solado, motivada a unir-se ao cabedal pelo processo de injeção direta (ausência de adesivos), dando sustentabilidade segurança e proteção a parte lateral do pé, constituído em policoreto de vinila dureza máxima 65, abrasão menor que 250, na cor branco. Soleta Parte inferior do solado unida a sua parte superior (entressola) pelo processo denominado inserto onde também há a ausência de adesivos, principal parte em contato com o solo, sendo sua função de extrema importância na segurança do usuário. Deverá ter sulcos para escoação de água e assim melhores aderência ao solo. Constituído em policoreto de vinila dureza máxima 65, abrasão menor que 250, na cor branco. Nesta peça deverá conter de forma fixa permanente e visível resultante de único processo de injeção o número referente ao tamanho do calçado. Fôrma no intuito de se obter melhor resultado no produto final que tem como objeto tênis para a prática de esportes e passeio deverá ser utilizada forma de moldagem com design arrojado e moderno. Com perfil e planta ergonomicamente desenvolvida para proporcionar maior conforto ao caminhar e correr. Bico elevado entre 12 mm e 14 mm, para facilitar a locomoção e desempenho. Diminuindo o atrito e esforço do pé quando exigido neste movimento. Servindo também para aliviar o cansaço durante a articulação. Planta – Desenvolvida com eixo de bico anatômico (inclinação de 7 graus em relação ao eixo do salto) para proporcionar conforto na acomodação e liberdade de movimento aos pés. Montagem do Cabedal – Todas as peças acima citadas deverão ser unidas pelo processo denominado pesponto (costura). Através de máquinas de 1 e 2 agulhas entrelaçando e unindo-as com linha 100% poliamida, assim contribuindo com a excelência no resultado final da montagem do cabedal. Montagem do Calçado – Através do sistema string (costura das bordas sobre fio) que evita o uso de palmilhas de sustentação, aumentando o conforto e facilitando a sua higienização. Por se tratar de um produto em produção fa-</p> | | | | |
|--|---|--|--|--|--|



CPL/PMBV
Fls. _____
Proc. 022538

Rubrica

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

| | | | | | | |
|--|--|---|--|--|--|--|
| | | bril exige-se que as dimensões dos calçados acompanhem a tabela exposta logo abaixo em escala francesa fator de conversão 0,66667. Este ato dará padrão no momento da produção e entrega do calçado. Tamanhos: 24 a 45, conforme anexo I. | | | | |
|--|--|---|--|--|--|--|

TOTAL LOTE II **R\$**

OBS: CASO A LICITANTE SEJA A FABRICANTE DOS PRODUTOS, PODERÁ INSERIR NA COLUNA DA MARCA O NOME DA PRÓPRIA EMPRESA, POIS É OBRIGATÓRIA MENCIONAR A MARCA E/OU FABRICANTE.

| | | |
|-----------------------------|----------|--------------------------------|
| Local de Entrega: | | |
| Prazo de Validade Proposta: | | |
| Prazo para o Fornecimento: | | |
| Banco : | Agência: | C/C: |
| Boa Vista-RR, | / / 2022 | Ass. e Carimbo do Proponente : |